PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Barbara Vieira de Oliveira

**GOOGLE E O CAPITALISMO COGNITIVO:
uma cartografia da subjetividade na Internet.**

Belo Horizonte
2012

Barbara Vieira de Oliveira

**GOOGLE E O CAPITALISMO COGNITIVO:
uma cartografia da subjetividade na Internet.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Julio César Machado Pinto

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O48g Oliveira, Barbara Vieira de
Google e o capitalismo cognitivo: uma cartografia da subjetividade na Internet / Barbara Vieira de Oliveira. Belo Horizonte, 2012.
96f.: il.

Orientador: Julio César Machado Pinto
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

1. Google. 2. Cartografia. 3. Subjetividade. 4. Capitalismo. I. Pinto, Julio César Machado. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 681.3.01

Barbara Vieira de Oliveira

**GOOGLE E O CAPITALISMO COGNITIVO:
uma cartografia da subjetividade na Internet.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Julio César Machado Pinto (Orientador) – PUC Minas

Eduardo Antônio de Jesus – PUC Minas

Giselle Beiguelman – USP

Belo Horizonte, 19 de março de 2012.

À minha querida avó Benedita, meu maior exemplo de esforço e superação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores pelo conhecimento gentilmente compartilhado e por nos transmitir, acima de tudo, que não existe nada mais enriquecedor e apaixonante que o desafio da pesquisa.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, Professor Júlio Pinto, pela paciência, pela erudição inspiradora e, principalmente, por acreditar que minhas questões e dúvidas poderiam, sim, originar um trabalho científico.

Agradeço, também, ao Professor Eduardo de Jesus, por ser um conselheiro atencioso, por sua disponibilidade e por compartilhar seus *insights* superpotentes que, naturalmente, foram de grande ajuda na composição do trabalho.

Agradeço aos colegas de sala que se fizeram amigos, por nossas conversas e cafés terapêuticos e, sobretudo, pelos incentivos e pelo apoio ao longo desta jornada. Espero ter a honra de tê-los como amigos ainda por longa data.

Agradeço aos amigos e amigas que estiveram comigo ao longo do caminho, por emprestarem ouvidos e atenção a uma tagarela monotemática. Meu muito obrigada em especial à Mariana, por ser tão amável e tolerante.

Finalmente, agradeço à minha família pela compreensão, paciência e por acreditar no meu esforço e capacidade. Daqui pra frente “então, que seja doce”.

A existência não é dialética, não é representável.

Mal se consegue vivê-la.

Félix Guattari – Caosmose

RESUMO

No presente estudo a reflexão se desenrola sobre a interação homem-máquina, no tocante às trocas simbólicas realizadas na web, nos processos de subjetivação e pretende investigar até que ponto somos realmente sujeitos em nossas buscas na Internet. Após reunir evidências sobre o funcionamento interno e externo do Google, em uma análise cuidadosa da postura e do comportamento da corporação, traçaremos uma linha teórica abarcando os principais conceitos para dar conta de uma cartografia da subjetividade e compreender melhor como o novo espírito do capitalismo cognitivo opera na coletividade. Faz-se necessário um estudo mais crítico que consiga enxergar os conteúdos através da experiência, e não só da teoria. Nesse projeto serão investigadas as possibilidades de exercício de uma subjetividade nos mecanismos de busca do Google, dentro de um contexto do poder ordenador da mídia no qual está inserida a internet. Dessa maneira, o estudo ajudará a compreender e comprovar se Google pode ser considerado uma máquina subjetivante, e sinalizar como ela opera na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Google, cartografia, subjetividade, capitalismo cognitivo

ABSTRACT

In the present study the reflection focuses on the human-machine interaction with regard to the symbolic exchanges that take place on the web in the processes of subjectivation, and it intends to investigate to what extent we are truly subjects in our Internet searches. After gathering evidence on Google's internal and external functioning, in a careful analysis of the corporation's posture and behavior, we will outline the theory covering the main concepts to account for a cartography of subjectivity and to better understand how the new cognitive capitalism spirit operates in collectivity. A more critical study, capable of observing the content not only theoretically, but also through experience, is made necessary. This project will investigate the possibility of a subjectivity employed in Google's search engines, within the ordering media power context in which the Internet is inserted. Thus, this study will help understand and verify whether Google can be considered a subjectifying machine and indicate how it operates in contemporary society.

Key words: Google, cartography, subjectivity, cognitive capitalism

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
2 – GOOGLE E A ERA DA RESSONÂNCIA	11
2.1 A Fábula da Benevolência.....	11
2.2 O Embuste da Neutralidade.....	15
2.3 Sobre Sutilezas e Armadilhas.....	20
2.4 Sobre Nevralgias e Falácias.....	24
2.5 Os Dissabores da Biopolítica.....	27
2.6 A Tirania do Hype.....	32
3 – MEIOS DE EMBRUTECIMENTO.....	35
3.1 Sobre o Perímetro Teórico.....	35
3.2 Sobre a Subjetividade.....	36
3.3 Rede, Pensamento e Autopoiese	41
3.4 Sobre Territórios e Utopias.....	44
3.5 A Arte da Cafetinagem	49
3.6 Pretensa Sabedoria das Multidões	55
3.7 Sobre Imperialismos e Cognição.....	57
3.8 Sobre Taylorismo e Interpassividade.....	59
4 – ESQUIZOANÁLISE	63
4.1 Ficção, Magia e Realidade	63
4.2 A Grande Muralha e o Google.....	64
4.3 Sobre a Investigação.....	65
4.4 Pragmática <i>sui generis</i>	66
4.5 Somos Todos <i>Bricoleurs</i>	67

4.6 Sobre Superfícies e Máquinas.....	69
4.7 A Descodificação é a Norma.....	73
4.8 O Ser é o Devir – A Esquizoanálise.....	75
4.9 Para Além da Oposição do Um e do Múltiplo.....	76
4.10 Não há Interior e Exterior no Mundo.....	78
4.11 O Lado de Dentro do Fora.....	87
4.12 Estranhamentos e Presunções.....	87
Referências	90

1 - Introdução

A reboque de análises pioneiras, o objetivo do presente trabalho, a ser desenvolvido nos capítulos seguintes, não consiste apenas em uma revisão comentada de conceitos já elaborados, mas de um exercício reflexivo, a partir do aporte teórico, de esclarecer por que o Google pode ser considerado o epítome do novo modelo de exploração do capital cognitivo.

Para tal empreendimento, faz-se necessária uma análise cuidadosa da nova topologia do trabalho verificada no funcionamento interno e externo da multinacional e seu correlato nas expressões sociais; só assim será possível comprovar que o Google pode ser considerado uma máquina subjetivante e sinalizar como ela opera na sociedade contemporânea. Neste primeiro capítulo, será efetuado um mapeamento da empresa, abordando os pontos mais relevantes à análise.

A internet, apesar de ter completado 20 anos, ainda está longe de sua maturidade. Assim como a sociedade, a web está em constante mudança e evolução, dificultando a confecção de uma análise que mantenha sua atualidade.

Segundo Bauman (1998), é característica atribuída à sociedade contemporânea uma aceitação geral do pluralismo e da aleatoriedade. A falta de posicionamento dos indivíduos somada a uma tolerância quase ingênua estabelecem um cenário em que “tudo é bom, nada é ruim; não há quaisquer valores, mas todos são felizes”. (BAUMAN, 1998, p. 131)

Nessa perspectiva, é preciso lembrar que a cultura digital não é inocente, muito menos aleatória, como se costuma pensar. À medida que a internet se fragmenta e expande, ela fica cada vez mais distante dos valores e dos ideais de seus criadores, e passa a refletir anseios e as diversas realidades da sociedade contemporânea.

Os olhos do mundo inteiro estão voltados ao Vale do Silício, ávidos por conhecer e testar as últimas novidades e lançamentos tecnológicos. A tecnologia produzida pelas principais empresas telemáticas estabeleceu novos paradigmas na vida contemporânea e reformulou os modos de ser e estar, nos estratos individuais e coletivos.

Torna-se fundamental a importância de uma análise crítico-teórica, a rigor, um estudo que descortine com desembaraço o cenário da sociedade do controle, seus efeitos e consequências, seus acontecimentos e respostas. Apenas dessa forma será possível traçar uma Cartografia da Subjetividade e dos processos de subjetivação empreendidos pelo Google e também por tantas outras máquinas do Capitalismo Cognitivo.

Com efeito, para melhor entender os processos de subjetivação e, conseqüentemente, as características do que Couchot (2003) chamou de “logística simbólica”, é preciso examinar e procurar compreender não só os indivíduos, e sua atuação *online*, como a lógica da própria rede, dando um enfoque atual para sua materialidade.

Antes de tentar compreender questões mais profundas, cabe iniciar o mapeamento da empresa pela escolha do nome sintomático. A saber, *Googol* é uma potência representada pelo número 10^{100} , ou seja, o número 1 seguido de 100 zeros. Trata-se de um número inventado pelo matemático Edward Kasner (1938) que, *a priori*, não possui nenhuma funcionalidade específica. A potência é usada, por exemplo, para mensurar a quantidade de partículas subatômicas no universo visível ou as possibilidades de movimentos em jogos de xadrez, mas ainda assim longe de ser infinita.

Devido à sua grandeza, a unidade *googol* foi a inspiração na hora de batizar uma das empresas que se tornaria, em poucos anos, não só um dos maiores buscadores da internet, como uma das maiores potências econômicas da atualidade – Google. Da magnitude da unidade *googol* veio a missão da empresa, "organizar toda a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil"¹. Para isso foi estipulado um prazo de 300 anos.

Quando falamos do Google todos os números parecem maximizados: a empresa recebe 1 milhão de currículos por ano, são efetuadas mais de 1 bilhão de buscas por dia e, só no ano de 2008, em meio à crise mundial, a empresa faturou 22 bilhões de dólares².

O que podemos esperar do Google se confunde com a própria história da multinacional. A gênese do buscador pode soar como mais um clichê do Vale do Silício, mas o fato é que o Google mudou a internet, o modo como a usamos e, principalmente, como somos absorvidos pelo sistema.

Ainda que se aponte o sucesso alcançado pela empresa, o entusiasmo começa a arrefecer quando, em observação mais atenta, o discurso benevolente, a missão hercúlea, as promessas de transparência e simplicidade, entre outras propostas, começam a soar como um embuste cínico e obstinado. Tecer uma crítica ao papel que o Google desempenha na vida de seus usuários é uma tarefa laboriosa, dado que a empresa causa poucos danos perceptíveis e mensuráveis às pessoas.

2 – Google e a Era da Ressonância

2.1 A Fábula da Benevolência

Por algum tempo, houve um hiato de poder hegemônico na rede. Neste período algumas empresas, como Apple, Microsoft, Yahoo, entre outras, brigavam entre si para assumir o posto e o Google acabou vencendo essa corrida. Embora se saiba que o plano de negócios figura como principal responsável pelo rápido sucesso da empresa, a subida só foi possível à medida que os usuários foram, paulatinamente, aderindo ao que podemos chamar de doutrina Google.

Nem todos conseguem alcançar a ironia que transcende o cenário. A mesma massa mundial de usuários que promoveu o Google a um dos níveis mais altos que uma empresa pode alcançar, parece não se importar com o fato de serem rastreados, mercantilizados e governados impunemente dentro desse ecossistema informacional.

A trajetória da empresa tem início quando dois doutorandos de Stanford, Sergey Brin e Larry Page, insatisfeitos com a limitação das ferramentas de busca disponíveis na Web, resolvem, em 1998, criar um mecanismo baseado em algoritmos mais complexos e inteligentes, que possibilitassem extração de grandes volumes de informação.

A partir dessa ideia foram desenvolvidos algoritmos capazes de executar buscas mais rápidas, baseadas na relevância da informação, com resultados classificados de acordo com o número de referências que a página recebia. Ou seja, algoritmos matemáticos criaram o que eles chamaram de *PageRanking*: os links mais populares, os que recebem mais citações em outras páginas, são exibidos nas primeiras posições dos resultados de buscas.

Como concentrador de audiências, o Google rastreia os links de maior importância na internet e os indexa aos seus mecanismos de busca. Dessa forma eles não criam as informações, mas suas escolhas não são aleatórias. A visibilidade desta ou daquela página nas buscas vai depender do seu grau de relevância na web e para o próprio Google.

O ranqueamento é pautado em uma série de fatores examinados a partir da busca, entre os quais os mais importantes são proximidade com o tema e segurança do acesso. A indexação não é neutra, o *PageRanking* é resultado do número de citações das páginas, mas não devemos ser ingênuos em acreditar que não é também pautado nos interesses da empresa.

Com efeito, fica claro que o produto do Google não é a busca, a informação ou a organização dela. Para entender melhor como uma empresa que começou com apenas 3 funcionários, hoje faz de 2 a 5 mil contratações por ano no mundo todo e ainda figura como uma das maiores em faturamento, mesmo em tempos de crise, é preciso fazer uma análise profunda não só das engrenagens de sua ferramenta, mas também do modo como ela opera no campo simbólico.

Dando sequência ao mapeamento, sabemos que o Google funciona como vitrine para muitos sites. Grande parte das pessoas começam suas navegações pelos buscadores, desta forma, além de agregador de audiência, o buscador também funciona como banco de dados de intenções.

As buscas realizadas são armazenadas pela ferramenta e se tornam verdadeiras coletâneas sobre o que se pensava em determinada época. Posteriormente, através de recortes, será possível saber muito sobre qualquer cenário mundial apenas verificando as palavras mais procuradas no período desejado. O certo é que, nas palavras de Vaidhyanathan, cada vez mais o Google “se converte na lente através da qual vemos o mundo” (VAIDHYANATHAN, 2011, p.20).

Evocando o pensamento de Nietzsche (1874), em sua publicação “Considerações Intempestivas”, o que se pretende com esse estudo é justamente compreender a experiência oferecida pelo Google, principalmente em suas características nocivas à sociedade atual, ainda que ela seja vista apenas como beneficiária e inocente. O filósofo postulava que o homem verdadeiramente contemporâneo é aquele que sofre de uma defasagem, uma desconexão com o tempo atual - uma vez afastado, ele consegue visualizar e entender melhor sua realidade. Já aqueles que não só aderem à época, como inclusive se identificam com ela, não conseguem alcançar a contemporaneidade, pois não são capazes de percebê-la.

Na tentativa de empreender uma postura contemporânea, no sentido nietzschiano, para entender o fenômeno Google, é preciso voltar o olhar ao passado, pontuando os momentos mais relevantes do cenário que pretendemos analisar. O século XIX foi pautado pela atuação de instituições disciplinares – Escola, Igreja, Estado, Fábricas, etc - amplamente estudadas por autores como Foucault e Michel Hardt. Mais adiante, surge a Cibernética (1968) - do grego “arte de governar” - campo de estudo de Norbert Wiener, concebida para fins militares. E por fim, no começo da década de 90, acompanhamos a explosão e a popularização da internet e dos computadores pessoais.

Evidentemente, esses três estágios que perpassam a história da humanidade, podem ser agrupados na mesma linha do tempo quando se fala de cultura, comunicação e controle. A internet trouxe os protocolos e o controle, como parte inerente da tecnologia, configurando uma forma de vigilância e poder disciplinar.

O principal protocolo da internet está vinculado a uma identidade TCP/IP para cada computador. Não é possível navegar sem a configuração desse número, no entanto, esse protocolo assegura aos usuários uma navegação anônima. Não é necessário adicionar uma identidade civil ao número IP de seu computador. Porém, mesmo assim, esse protocolo permite o mapeamento de todos os passos da navegação, sites mais acessados, buscas mais frequentes e downloads executados, criando assim um perfil de navegação de capa IP e seus hábitos *online*.

Nessa perspectiva, Fernanda Bruno questiona a real necessidade de uma identidade civil atrelada ao IP de cada máquina. Uma vez mapeados os hábitos de navegação, o nome e registros civis seriam de menor valia. O controle vem do mapeamento do perfil do usuário - “as mesmas tecnologias que possibilitaram o anonimato nas trocas sociais e comunicacionais mostram-se eficientes instrumentos de identificação. A vigilância se confunde hoje com a própria paisagem do ciberespaço” - nas palavras de Bruno (2006, p. 154).

A argumentação anterior revigora a ideia de que o controle vem justamente da vigilância. Os indivíduos se transformam em amostras de padrões da sociedade, como pensava Deleuze.

Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra, a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'. (DELEUZE, 1992, p. 222).

No segundo capítulo aprofundaremos mais a discussão sobre a sociedade de controle e os mecanismos de domínio, nos trabalhos de Foucault (1996) e sua evolução, no exercício de apreender a dinâmica dessa produção na sociedade biopolítica, nos trabalhos de Negri e Hardt (2005).

As corporações telemáticas que surgiram ou sobreviveram à passagem da sociedade de controle para a sociedade de vigilância rapidamente perceberam que o sucesso dos negócios dependeria do grau de proximidade com os clientes/usuários e de como levariam a efeito o controle biopolítico.

Neste campo de ação, o Google serve-se de uma estratégia bastante difundida em corporações desse porte – ganhar dinheiro pela porta lateral. Esse estratagema consiste em permitir livre acesso à experiência de seus produtos, mantendo assim a fachada de sustentáculo da liberdade e autonomia dos usuários, e ainda assim lucrar com a colaboração espontânea manifestada como gratidão pelos serviços gratuitos.

O Google avalia os usuários e desenvolve serviços que atendam suas demandas. Em alguns momentos, a sensação que se tem é que o Google é capaz de ler a mente das pessoas - o que não deixa de ser verdade – e oferece uma lista que de fato parece ser o que elas procuram. O Google entende os usuários de maneira mais eficiente do que os usuários entendem o Google e faz a manutenção dessa vantagem mostrando-se sempre benevolente e eficaz.

Em um movimento de não só extrair o conteúdo criativo e cultural da sociedade mas de influenciá-la, o Google tem como principal produto a atenção do usuário. Como um grande sistema de vigilância mundial, absorvendo cada busca, cada passo que o usuário dá *online*, o Google funciona de maneira tão discreta que não levanta suspeitas.

Deve-se entender que quem utiliza o Google e seu serviços não é apenas seu usuário, mas também seu produto. Há de ser contemporâneo o homem que conseguir enxergar não apenas as luzes de sua era, mas também as sombras, aquele que “recebe em pleno rosto o feixe de trevas que provém de seu tempo” (AGAMBEN, 2009, p.16).

2.2 O Embuste da Neutralidade

Prosseguindo no mapeamento interno, a audiência na Internet já substituiu, em relevância, tanto a TV quanto o Ibope como indicadores de preferências da sociedade atual. A ferramenta de busca do Google e a empresa como um todo pode ser entendida como um artefato cognitivo, na medida em que torna a produção e a difusão de conhecimento uma prática cada vez mais distribuída e coletiva.

Segundo Fernanda Bruno (2002), as chamadas “tecnologias cognitivas” partem de uma noção de composição híbrida, “homem-máquina”, e implicam tanto nas novas tecnologias disponíveis e seus usos quanto nas transformações sociais que elas determinam. Em outras palavras, novas tecnologias promovem mudanças intelectuais e cognitivas em seus usuários, transformam o campo relacional com objetos e pessoas, afetando inclusive a forma como pensamos e agimos.

Os questionamentos começam a surgir quando colocamos em perspectiva os resultados sociais promovidos pelo uso das novas tecnologias cognitivas – se pensarmos especialmente na internet, a saber, trata-se de um espaço de controle e descontrole, onde ocorrem disputas e jogos de poder entre várias instâncias, em busca da promoção de seus interesses.

Assim, os usuários estão expostos não só aos benefícios da tecnologia, mas também aos efeitos negativos que essa disputa pode gerar. Conceitos como biopolítica, mercado de subjetividades e as transformações sociais da nova exploração do capital cognitivo serão mais aprofundados no segundo capítulo deste trabalho.

Prosseguindo no mapeamento do objeto, sabe-se que a empresa vem investindo em infraestrutura, o que promete, em um futuro próximo, fazer da

internet uma das principais plataformas de entrega de informações dentro do campo da comunicação. Essas observações não evidenciam senão o problema da potencialidade da internet, acerca do controle e neutralidade das buscas e acesso.

A neutralidade das buscas, assunto bastante comentado em sites e blogs de tecnologia, é um conceito que parte do pressuposto de que todos os serviços e conteúdos da web devem ser tratados igualmente. Espera-se que o provedor seja neutro, não podendo, por exemplo, favorecer um site em detrimento de outro, permitir que um vídeo carregue mais rápido que o concorrente, ou ainda, bloquear ou prejudicar os aplicativos de funcionamento de qualquer site.

Trata-se de um assunto bastante delicado se pensarmos na questão de mercado. A grande maioria dos usuários nem desconfia que existe esse tipo de “manipulação” que poderia, inclusive, orientar sua navegação. Um exemplo básico é a preferência dos usuários por sites que carregam mais rápido - quem controla a infraestrutura da internet tem um grande poder nas mãos.

Algumas propostas já estão em votação no parlamento dos EUA, e a previsão é de que no futuro, poderão existir duas internets, justamente o que acontece com a TV a cabo, uma plataforma aberta e outra paga, que ofereceria alguns benefícios, como serviços e velocidades melhores.

Existe um complexo pano de fundo que condiciona nossas trocas simbólicas na internet, a construção da subjetividade fica atrelada às condições oferecidas pelos serviços utilizados. Segundo Guattari, os conteúdos da subjetividade dependem cada vez mais de uma infinidade de sistemas maquínicos, uma “máquinodependência” (GUATARRI, 1993, p.177). Ele ainda nos lembra que a maquinação da subjetividade não é uma novidade absoluta, desde os “tempos arcaicos” e “pré-capitalistas” já existiam máquinas reguladoras que controlavam os equipamentos coletivos de subjetivação. (GUATARRI, 1993, p.178).

A subjetividade era engendrada através de máquinas enunciativas no âmbito religioso, militar, nos clãs, na tradição feudal, na aristocracia, entre outros, agindo como softwares processadores que disciplinavam e secretavam

uma subjetividade capaz de atravessar os tempos, na manutenção das linhas de poder.

Em seus trabalhos, Guattari (1992) afirma que não podemos pensar na tecnologia como uma entidade autônoma, ao contrário, a tecnologia é neutra, assumindo os contornos da intenção de quem a usa, principalmente de acordo com os agenciamentos coletivos que condicionam seu uso. Ainda segundo Guattari (1992), pode-se pensar que a informática determinou o aparecimento de uma linguagem própria, afetando os modos de pensamento e percepção dos usuários, e conseqüentemente, algumas instâncias da sociedade operam essa tecnologia e linguagem em proveito próprio.

O que começou no final dos anos 90 apenas como um buscador, hoje é uma das empresas de mídia mais importantes do mundo. Neste período os investidores já haviam voltado sua atenção para a crescente capacidade da internet de agregar audiência. Em um movimento elipsado, o tráfego pelos buscadores atraía mais investidores, que por sua vez começaram a intensificar os anúncios e a publicidade como forma de atrair mais público. Neste ponto os buscadores já se estruturavam como grandes portais, com informações, publicidade e serviços, para garantir a maior permanência dos usuários em seus domínios.

Foi então que surgiu a fusão entre publicidade e os resultados das buscas, a inclusão paga, que logo evoluiu para a classificação paga e se tornou o novo paradigma que condicionava as buscas. Instantaneamente, surgiram diversos buscadores competindo por sua fatia no lucrativo mercado informacional. Page e Brin, por sua vez, investiram em uma interface simples, na velocidade das buscas e em uma infraestrutura que garantia muita potência a custos muito baixos para os idealizadores.

O buscador não destacava quais eram os resultados que haviam sido pagos, de modo negligente, mesclando-os aos outros resultados orgânicos, como faziam os demais. Dessa forma, o Google acabou por revolucionar a forma de se fazer publicidade na internet e começou a construir sua imagem junto aos usuários como uma empresa transparente.

O modelo de negócios do Google baseia-se no slogan da empresa, “Não seja maligno” (do inglês: “*Don’t be evil*”), inventando por um de seus

engenheiros Paul Buchheit³. Em seu discurso, a empresa afirma que seu foco é justamente entender as necessidades e interesses de seus usuários e desenvolver a cada dia novos produtos, ferramentas e funcionalidades que facilitem a vida dos mesmos, e em troca, atrair mais usuários e consequentemente mais audiência para suas páginas.

Em sua página corporativa o Google insiste que é possível ganhar dinheiro sem fazer o mal e declara como a empresa administra a questão da publicidade em suas páginas e o funcionamento das buscas, de modo que os resultados não são pautados em uma intenção de lucro.

Ainda que os funcionários defendam a filosofia Google como confiável, “Don’t be evil” trata-se apenas de “um lembrete idealista para fins de relações públicas” (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 89). Afinal, nenhuma grande empresa está exatamente a salvo de cometer deslizes éticos, ou danos a terceiros, principalmente quando pensamos na questão da concorrência.

A grande maioria dos usuários, ao pensar no Google, enxerga apenas três características, principais responsáveis pela construção da confiança incondicional na empresa: velocidade nas buscas, abrangência precisa dos resultados e honestidade.

Por falta de maior capacidade de entendimento acerca do funcionamento interno da empresa, e ainda por desconhecer como operam os algoritmos, os usuários acabam por acreditar que os resultados oferecidos são mesmo expressões honestas de relevância e importância.

Na tentativa de esclarecer como funciona o mecanismo de busca que indexa tudo, vamos nos ater ao processo dinâmico de verificação pela aprovação coletiva, baseado na teoria pragmática desenvolvida em 1980.

A teoria pragmática desenvolvida por Pierce e William James (1980) parte do pressuposto que a verdade se constitui a partir de um processo de experimentação, seguido pela descoberta e retorno que culminaria por fim em um estado consensual.

3 -*Google Code of Conduct* - Google, Inc. Página visitada em 8 de dezembro de 2010.

Portanto, a verdade ganha validade à medida que é testada e aprovada por uma maioria, mesmo que esteja em constante avaliação. Sobre a pragmática, Vaidhyathan ainda comenta que “os povos podem divergir acerca do que é verdadeiro, e essa divergência faz parte do processo de busca da verdade.” (VAIDHYANATHAN, 2011, p.75).

Destarte, a verdade se aplica a cada contexto e nunca é a mesma para todos, ela reflete cada realidade em que é aplicada. O conceito de pragmática da verdade foi agregado pelo Google no *PageRank*, no qual ocorre a constante verificação e aprovação do coletivo. Para mensurar a validade da relevância são verificados os hiperlinks, ou seja, o número de referência que um link recebe e seus cliques.

Ao mesmo tempo que somos levados a acreditar que a relevância ali mostrada é obra de um consenso coletivo, podemos questionar o grau de discernimento dessa coletividade. Estariamos mesmo escolhendo algo ou apenas ecoando um juízo de valor e verdades que interessariam às corporações. Até que ponto a coletividade está preparada para julgar o que é verdadeiro, valioso e relevante?

Independente de processar buscas mais sofisticadas, de conhecer ou não o refinamento do algoritmo ou até o lema da empresa (*Don't be evil*), os usuários adotam uma postura pragmática em relação aos resultados.

Atualmente, é possível sinalizar uma tendência a confiar e acreditar em visões consensuais, aparentemente pautadas na democracia. Ou seja, confia-se na avaliação e aprovação coletiva.

Contudo, o olhar pragmático da “sabedoria das multidões” negligencia a capacidade de, digamos, alguns elementos terem mais poder de influenciar o consenso que outros. Dessa forma, deve-se desconfiar da neutralidade das buscas e principalmente do grau de relevância dos resultados.

O algoritmo central do Google, o *PageRank*, não deve ser encarado a partir do pressuposto da neutralidade, como se uma grande massa de usuários imparciais elegeassem determinado link para figurar nas primeiras posições. Ao contrário, devemos estar atentos à favoritismos que o sistema pode sustentar. Ainda que favorecer certos conteúdos não possa ser considerada uma postura

ilegal e, inclusive, errada, é preciso verificar até que ponto a relevância é mesmo honesta e verdadeira.

2.3 Sobre Sutilezas e Armadilhas

Há uma negociação não monetária entre o Google e seus usuários, é fato conhecido que a empresa monitora a navegação, inclusive, publicando todos os anos listas de palavras mais buscadas, o *zeitgeist* do ano. Está dentro do plano de negócios da empresa rastrear a navegação, para assim, oferecer produtos orientados de acordo com o perfil de cada usuário. Faz parte da estratégia de mercado da empresa estabelecer uma negociação bastante injusta com os usuários, amplamente aceita, que ainda permite à corporação parecer prestar um favor aos mesmos.

O Google, como enunciador corporativo, identificou uma maneira de determinar o comportamento dos usuários na rede sem levantar suspeitas de autoritarismo. A já comentada negociação não monetária é baseada em uma chantagem em relação ao enunciatário individual – para que lhe seja oferecida a experiência plena dos serviços Google, em troca o usuário deverá abrir mão de sua privacidade, fornecendo informações pessoais e de comportamento *online*, permitindo rastreamento de suas buscas. De modo que, o Google extrai e privatiza as informações da grande massa de usuários.

O faturamento da empresa se dá, principalmente, por via de dois produtos que, de certa forma, reinventaram a maneira de fazer publicidade *online* e são altamente lucrativos, *Google Adwords* e *Google Adsense*. Apesar de possuir um mix enorme de produtos, a receita se concentra mais em função dos links patrocinados e o sistema de leilões.

Google Adwords é o serviço de links patrocinados (*sponsored links*). A ferramenta funciona a partir da venda de palavras-chave para anúncios curtos. Segundo os idealizadores do Google, era preciso desenvolver uma forma de anunciar na internet de forma a minimizar o incômodo causado por *pop-ups* e *banners* animados. Dependendo no número de palavras-chave compradas, os anúncios ficam mais ou menos visíveis no *PageRanking*, podem aparecer

primeiro nas buscas e são identificados como links patrocinados, anúncios pagos.

Os anunciantes só pagam ao Google o valor referente ao número de cliques em seus anúncios, o custo é baixo e viável para qualquer empresa. Dessa maneira, uma pequena empresa sabendo comprar as palavras certas dentro de uma estratégia bem delineada anteriormente, pode concorrer diretamente com grandes corporações e líderes de mercado, uma vez que, no sistema próprio de leilão do Google, quem pagar mais por clique obtém a vantagem de figurar primeiro nos links patrocinados. No final das contas, os centavos multiplicados por bilhões rendem uma grande quantia ao Google.

Google Adsense é o serviço de anúncios que operam fora do buscador. Funciona como um aplicativo no qual qualquer pessoa pode hospedar um anúncio em seu site ou blog, e cada vez que alguém clica no link o anunciante paga ao Google, que por sua vez repassa uma pequena parte da receita gerada ao dono do site. Como o usuário que hospeda o anúncio em seu site não tem nenhuma despesa, a troca torna-se lucrativa e procurada, e o anúncio ganha ainda mais visibilidade e alcance na web.

Essas duas ferramentas permitem ao Google dominar o mercado de publicidade *online* e, dessa forma, ter audiência suficiente para atrair qualquer empresa ou pessoa que queira anunciar. Neste movimento elipsado, o Google garante sua hegemonia no mercado, gera uma receita bilionária e obtém um grande poder de compra.

É aí que se encontra então o brilhantismo do Google, a troca de fornecer dados pessoais, essenciais ao funcionamento do buscador, os usuários são recompensados com promessas de resultados mais precisos, uma vez que a partir do rastreamento e mapeamento do perfil do usuário o buscador apresentará melhor desempenho em oferecer a experiência Google plena individual a cada um deles.

O poder que os próprios usuários concedem ao Google, acerca de determinar quais sites são os mais relevantes na internet, atraem cada vez mais anunciantes e parceiros comerciais. O empoderamento gradual do buscador acaba por determinar novos padrões na rede. Surgem novos serviços

que ganham importância à medida que cresce o número de usuários, e a consequente padronização gera um monopólio potencial.

A partir dos argumentos anteriores, é possível inferir que no tocante a geração de renda, o negócio do Google não é simplesmente organizar toda a informação mundial e torná-la acessível, e sim a venda da “economia de atenção” dos usuários e espaço publicitário aos anunciantes e acima de tudo, administrar e determinar tanto o valor mercadológico da atenção dos usuários, quanto os valores relativos à visibilidade dos anúncios.

Como a maioria das empresas, é objetivo do Google estar cada vez mais próximo de seus clientes/usuários. Todos os bens e serviços que eles disponibilizam ou vendem são verdadeiros modificadores da própria experiência de uso da web. O objetivo é “atrair, canalizar e estabilizar a atenção” (LÉVY, 2004, p. 179). Pierre Lévy (2004) chama esse movimento de “economia da atenção”, os usuários sempre darão preferência a empresas que são as mais visíveis em suas mentes ou redes de representações, ou seja, as que criarem maior envolvimento afetivo.

Elas [as empresas] se cercam da atenção do público com dinheiro, informação útil, com ideias, sedução e, finalmente, no ciberespaço, com aquilo que é aí o mais necessário: aceleradores de interconexão pertinente, auxílios para orientação no mundo virtual. O objetivo é sempre engendrar o tráfego: indexar e se indexar, trocar hiperlinks, prestar o melhor serviço para ter o máximo de conexões, ser o centro, ao menos um pequeno centro, um nó da imensa rede policentrada da consciência coletiva. (LÉVY, 2004, p. 178).

O Google entendeu que o público da internet está longe de ser fiel, as pessoas vão atrás de facilidade, preços baixos e vantagens. Essa é uma forte evidência de que o sistema molda a coletividade, tanto as empresas se esforçam para atender os usuários da melhor maneira possível, como no processo, criam nos mesmos a ideia de uma necessidade de imediatismo e eficiência. Cultivar nos usuários o desejo de querer voltar é uma operação muito sutil – que segundo Lévy – “já está engendrada no corpo social” e constitui a inteligência coletiva e os fluxos de atenção (LÉVY, 2004, p.179).

Podemos entender o Google hoje como um expoente do então chamado Capitalismo cognitivo (NORMAN, 1993, p.4), à medida que ele opera no sistema em busca da mais-valia. Todo os anos a empresa recebe em média 1

milhão de currículos do mundo todo (segundo informações disponíveis na página corporativa da empresa) e tem o privilégio de poder escolher os melhores profissionais entre os recém-formados para o seu time.

Além disso, o grande poder de compra permite ao buscador a possibilidade de incorporar pequenas empresas que se destaquem em áreas de seu interesse. Empresas, na maioria das vezes, criadas por ex-funcionários – *ex-googlers*.

Não apenas com os melhores funcionários, as melhores ideias e um grande poder de compra, o Google ainda conta com uma vantagem em comparação às outras empresas – a fidelidade quase cega de seus usuários.

Tirando os serviços de publicidade e anúncios *online*, o Google não cobra nada de seus usuários, que desfrutam de seus produtos e serviços gratuitamente. Entre os produtos oferecidos estão o Google Maps, o Google Earth, Google Street View, o GTalk, o Google News, o Google Docs e o Google Calendar, para citar apenas alguns exemplos.

O usuário faz um cadastro em uma conta de email e tem a liberdade de utilizar todas as outras ferramentas Google que também facilitam sua vida, como editor de textos, organizadores, agregadores de feeds, chats. Além dos sites que a empresa vai comprando à medida que se tornam populares, como o YouTube, o Picasa e o Blogger, todos os serviços são disponibilizados gratuitamente.

Em troca, é de conhecimento geral que o Google mapeia suas conversas, monitora sua navegação e trabalha com anúncios segmentados. A lealdade do usuário vem do fato de que a experiência oferecida é gratuita, ele não tem nenhuma despesa, sendo assim, disponibilizar informações de sua navegação não parece ser uma preocupação geral.

Nessa perspectiva, o Google torna-se uma grande empresa predadora. Com seus serviços gratuitos, pode adentrar qualquer nicho de mercado e não só enfrentar os concorrentes como atropelá-los. Não é só inviável como impossível tentar concorrer com uma empresa que não cobra dos usuários pelos serviços disponibilizados.

O Google oferece, destarte, tecnologias do afeto – através de uma rede de colaboração voluntária, estabelece um relacionamento de nível pessoal com

seus usuários e clientes – e transforma essa sensação de proximidade em seu próprio discurso.

O Google é um captador do corpo social, um dispositivo de vigilância amplamente aceito que rastreia hábitos de consumo e interesses pessoais. Investindo seu capital de afeto ele cria uma espécie de biopoder (NEGRI, 2005), uma tecnologia “doméstico-industrial” nas palavras de Ivana Bentes (2007) que transforma cada um de nós em unidades móveis de produção que alimenta o sistema do capitalismo midiático.

2.4 Sobre Nevralgias e Falácias

O Google, que começou apenas como mais uma ferramenta de busca na web, hoje é uma empresa de mídia geral. Não obstante, o Google é uma empresa *sui generis*, o que torna extremamente difícil enquadrá-lo nas normas e condutas comerciais que regulamentam seus concorrentes. Com a imensa capacidade de agregar pequenas empresas, as chamadas *startups*, que oferecem novos serviços, o Google é o provedor mais bem sucedido da internet. Não é possível limitar seu escopo de atuação, mas ainda assim podemos defini-lo, *a priori*, como uma empresa de publicidade.

“Organizar toda a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil” - a missão Google - torna-se no mínimo suspeita, quando melhor analisada, já que não se aplica à própria empresa.

Uma ferramenta de busca que pretende disponibilizar toda a informação mundial, mas que no entanto mantém total sigilo sobre si mesma. A transparência e neutralidade prometida na origem não se aplica aos contornos internos, mesmo ostentando uma interface agradável, a empresa é fechada como todas as outras.

O paradoxo se complica ainda mais quando o assunto é política de privacidade. Levantando a bandeira do “*Don't be evil*” até onde é interessante, os textos de política de privacidade e termos de uso que o Google apresenta são tão obscuros e cunhados na linguagem árida do Direito que parecem ter apenas um único objetivo - desestimular completamente a leitura. E não é

coincidência que justamente a esfera da propriedade intelectual seja a mais problemática para a empresa.

As grandes corporações de mídia eletrônica estão interessadas em uma legislação flexível de licenciamento e difusão de conteúdo, uma vez que operam apenas na circulação e não na sua produção, segundo Bernardo Carvalho (2011). Dessa feita, as corporações terão mais lucro à medida que a propriedade intelectual for barata ou gratuita. Bernardo Carvalho (2011) levanta uma questão muito pertinente em sua matéria – banidos os critérios da subjetividade, quantitativo superando o qualitativo, o trabalho intelectual perde seu valor individual e passa a fazer parte de uma grande massa de informação acumulável.

Assim a informação é entregue aos usuários, em suas buscas, de forma dita “democrática”. Para legitimar o lucro, os grandes conglomerados da internet partem do pressuposto de que a informação deve circular de forma democrática e uma política intelectual severa que faz diferenciação entre os conteúdos é acusada de elitista e autoritária. É de interesse do Google que todo o conteúdo criativo passe por uma formatação na qual a relevância e o prestígio sejam medidos a partir do número de acesso e links que o conteúdo apresenta.

Se na internet tudo se equivale, então o trabalho intelectual perde seu valor individual, mas continua rendendo bilhões ao Google que usa os dados a contento, sob o pretexto de estar prestando um serviço à humanidade quando libera o acesso, por exemplo, a milhares de livros *online* a custo zero para seus usuários.

Sendo detentor de uma confiabilidade acrílica, de um monopólio em vários setores da internet e com a dificuldade de se aplicar uma normatização geral, o Google acaba assumindo uma posição de ser o próprio regulador e também de todo o mercado da web. Estabelecendo novos padrões na rede, por meio de seu poder de relevância no cenário atual, o Google opera quase que livremente no mercado. O Google se beneficiou do que tem sido chamando de: “efeito de rede”: um serviço é gradualmente valorizado à medida que aumenta o número de usuários. Em pouco mais de uma década a empresa se tornou uma potência praticamente impossível de ser desbancada.

Ainda que a empresa possua as nuances de um monopólio não é possível enquadrá-los nessa categoria. Por ser uma corporação *sui generis*, leis antimonopólio não podem ser aplicadas e a regulamentação comercial exige uma abordagem totalmente nova dos órgãos responsáveis que ficam perdidos diante de tamanho fenômeno.

Com exclusão de alguns países totalitários, como por exemplo a República Popular da China, os demais governos mundiais, no final do século XX, se esquivaram da obrigação de criar uma regulamentação nacional ou mundial para algo tão novo e desconhecido como a Internet. O mundo liberal alimentava a ideia de que o próprio mercado acharia modos de erigir a estrutura regulamentar da web e o envolvimento estatal foi veementemente descartado.

A partir dessa concepção neoliberal, cunhada sobre as ideologias do tecnofundamentalismo (otimismo tecnológico) e do fundamentalismo do próprio mercado que deu total poder às entidades privadas, a Internet se tornou uma “terra de ninguém”, onde o poder está nas mãos do setor privado.

O Google, uma empresa de capital aberto que visa o lucro, soube aproveitar bem a brecha neoliberal e a postura contraproducente do governo em relação a Internet. Como várias outras empresas, o Google não perde a oportunidade de se apresentar como uma corporação socialmente responsável, segundo Vaidhyanathan (2011) ainda que a tal responsabilidade corporativa seja de fato ineficaz, parece exercer grande fascínio sobre os usuários:

[o Google] Ocupou espaços vazios que seriam mais bem preenchidos pelo setor público, que pode criar consenso e proteger o interesse público no longo prazo, e não apenas os interesses comerciais imediatos. O projeto Google Book Search [...] é o melhor exemplo dessa tendência. O Google usou essas realizações em benefício próprio ao gerar uma imensa quantidade de bens intangíveis e introduzir uma forte ética de responsabilidade corporativa. Isso, por sua vez, retarda as tentativas de proposição até mesmo de regulamentações moderadas e superficiais da empresa, a fim de proteger a privacidade dos usuários e garantir a concorrência do universo publicitário da rede. (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 58).

Apesar dessa imagem autogestada de si mesmo e de sua responsabilidade social, o Google não escapa impunemente de algum tipo de regulamentação, são gastos milhões de dólares por ano em direitos autorais,

registro de patentes, em questões de segurança nacional e para divulgar sua situação financeira. Por se tratar de uma empresa com um vasto escopo de atuação é certo que a regulamentação seja aplicada de maneira fragmentada, abarcando cada segmento.

Em 2006, com a aquisição do Youtube, o Google assumiu a liderança como maior plataforma de entrega de vídeos da internet, criando mais um espaço publicitário. Assim, foi necessário assinar acordos com várias corporações de mídia e proprietários dos direitos sobre filmes e músicas. O Google abre o espaço e encoraja os usuários a hospedarem conteúdo nos servidores da empresa, atraindo para si algum tipo de responsabilidade sobre a natureza do conteúdo agregado aos seus servidores.

Em se tratando dos vídeos, o Google insiste que a responsabilidade sobre o conteúdo hospedado deveria ser a mesma atribuída a alguém que compartilha um link. Esse é o ponto mais vulnerável da empresa e de onde surgem os maiores problemas com a justiça. Ao disponibilizar serviços gratuitos, invariavelmente, o Google controla a neutralidade da rede e deixa claro que não mede esforços para garantir que a Internet seja “neutra”, agindo para que os provedores de serviço não cobrem a mais para transmitir conteúdo.

Contudo, sob a falácia de que uma regulamentação severa seria o equivalente à opressão e perda da liberdade, o Google insiste que seja mantida uma postura única para regulamentar toda sua complexa estrutura. A empresa dá sinais de que pretende adaptar o regulamento de acordo com os seus interesses, para isso vem estabelecendo estreitas relações com o governo atual dos EUA.

2.5 Os Dissabores da Biopolítica

O Pós – Fordismo (HARVEY, 2008), conceito marxista que define o período que sucedeu a crise do regime industrial fordista no início dos anos 70, caracteriza-se por uma mudança estrutural na organização do trabalho e flexibilidade na produção.

Nesse período, o trabalho industrial perdeu sua força e foi substituído, em sua hegemonia, pelo “trabalho imaterial”. Segundo Negri e Hardt (2004), a produção imaterial é concebida em duas formas fundamentais, a saber, intelectual ou linguístico – compreende a criação de ideias, símbolos, textos, imagens e produtos do gênero, e sob a forma afetiva – relacionada diretamente ao corpo e mente – produzindo afetos, espaços de bem-estar, segurança, satisfação entre outros. Na maioria das vezes, o trabalho imaterial conjuga as duas formas no mesmo produto ou serviço.

O trabalho afetivo vem ganhando importância no atual mercado do capital cognitivo como tendência, quiçá uma exigência. O funcionário que oferece, além de um bom currículo e boas experiências, traquejo social, personalidade e comportamento pró-social tem muito mais chances de se sobressair e alcançar os melhores cargos dentro de uma empresa.

Negri e Hardt (2004) preferem se referir ao novo molde do trabalho do período pós-fordista como “trabalho biopolítico”, a produção cria não apenas bens materiais e financeiros como relacionamentos, afetos e, provavelmente, até a própria vida social (2004, p.150).

O trabalho imaterial é, em termos quantitativos, uma minoria do total da força de trabalho global, mas em termos qualitativos já se tornou o novo paradigma que exerce hegemonia sobre todas as formas de produção da contemporaneidade.

Ainda na análise de Negri e Hardt (2004), é possível perceber que o trabalho imaterial assume o mesmo posto que o trabalho industrial ostentava há 150 anos, ou seja, se naquela época todas as formas de produção, e a sociedade na esteira, tiveram que se industrializar para acompanhar o desenvolvimento, hoje a ordem é a virtualização, o investimento afetivo e comunicação em rede.

Posto que, no funcionamento interno a lógica e a postura do Google não são diferentes do modo que ele atua no mercado, enquanto os criadores do buscador tem o espaço para serem idealistas, um time formado pelos melhores profissionais da área da administração e negócios ampara e determina as decisões que são economicamente rentáveis.

Operando dentro do sistema de trabalho imaterial, o Google está sempre renovando suas contratações. Para fazer parte da empresa os candidatos passam por uma bateria de entrevistas e testes que podem durar até 8 meses. A grande maioria dos empregados tem menos de 30 anos e poucos completam 10 anos na empresa. As jornadas de trabalho são intensas, alguns funcionários ficam de 10 a 12 horas por dia na empresa, por livre escolha.

O contingente humano que trabalha no Google é formado basicamente por cientistas da computação e tecnocratas. Partindo do “objetivo solidário” de resolver os maiores desafios matemáticos e linguísticos, endossam indiscriminadamente o sofisma biopolítico usado pelas corporações de internet – o mundo é um lugar muito melhor devido às tecnologias de comunicação.

A organização tecnocrática já havia sido sinalizada por Thorstein Veblen em seu livro – *The Engineers and the Price System* – publicado em 1921. Nele, o economista identifica uma nova classe, a dos trabalhadores do conhecimento. Veblen acreditava que os engenheiros possuíam uma capacidade única de reestruturar a sociedade, que teriam o poder social e econômico para, não só atrair para si parte das riquezas criativas, como para governar de forma competente toda a sociedade. Ao contrário do proletariado de Marx, Veblen apostava nos engenheiros para mudar os rumos da indústria, e por conseguinte da sociedade.

O Google, para o bem ou mal, acabou por concretizar os sonhos do economista, a posição de liderança no mercado de internet é resultado meritocrático de suas conquistas junto ao público. Para isso, o Google peneira entre os principais programas tecnológicos de universidades pelo mundo os engenheiros mais brilhantes, com a intenção de prosperar e predominar.

Os engenheiros do Google têm tratamento diferenciado, não são supervisionados, recebem os melhores salários e ainda têm direito a um benefício conhecido como “20% de potencial criativo”. Esse benefício permite aos engenheiros utilizar 20% de seu tempo na empresa em atividades e projetos particulares, ou seja, um dia por semana eles podem se dedicar a ideias individuais, ainda que essas não tenham nenhum tipo de relação com o trabalho desenvolvido por eles na empresa.

Dessa forma, o Google incentiva os funcionários a criar, a partir da ética *hacker*, e garante que as melhores ideias ainda permaneçam na empresa. Não se deve entender como ética *hacker* atitudes irregulares ou ilegais, mas regras de conduta de criação dentro do universo digital. Engenheiros estão sempre envolvidos com projetos de programação, desenvolvimento de aplicativos ou novas tecnologias, mesmo sem receber.

O Manifesto Hacker de 2004, escrito por Mckenzie Wark, sob a luz dos trabalhos de Deleuze e Guattari, aposta em uma sociedade bipolarizada. De um lado encontram-se os hackers, especialistas em informática, comunicólogos, produtores culturais e do lado oposto, a classe vetorial, instâncias que buscam o controle e a exploração de toda a produção e criação intelectual.

A motivação encontra-se no prazer de criar algo novo, na reputação adquirida a partir da concepção de ideias geniais, na competição interna e no próprio ego do programador. Evidentemente, incentivando o potencial criativo de seus engenheiros, o Google garante a produção constante de novas ideias e evita que os funcionários precisem abandonar a empresa para seguir seus projetos particulares.

Em sintonia com a exploração cognitiva, o Google disponibiliza a seus funcionários grandes e modernas academias, serviço de lavanderia, áreas de lazer com piscina, quadra de esportes, mesas de totó e sinuca, serviços de massagem e comida grátis.

Assim, o funcionário não deixa a empresa durante todo o dia e está sempre envolvido com a equipe, inclusive nos intervalos e horários de almoço. O processo de imersão do funcionário na empresa é total, a lógica do capitalismo cognitivo é explícita, o funcionário vive para o Google e não se importa. Não há muita supervisão, existem metas e encorajamento e quanto maior a proatividade, e melhor o relacionamento com os colegas, maior o salário (este aprovado em reuniões coletivas onde todos avaliam todos).

A informação, a comunicação e a cooperação tornam-se as normas de produção, transformando a rede em sua forma dominante de organização. Assim é que os sistemas técnicos de produção correspondem estreitamente a sua composição social: de um lado, as redes tecnológicas, e de outro a cooperação dos sujeitos sociais que trabalham. [...] sob a hegemonia do trabalho imaterial a exploração já

não é primordialmente a expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais. (NEGRI; HARDT, 2004, p. 156).

Rüdiger (2011) acredita que a sociedade contemporânea é extremamente vetorial, posto que tudo, inclusive os próprios hackers (como vimos no caso do Google), são cooptados pelo sistema e viram recurso e objetos de consumo a serem mercantilizados.

O Google opera nessa lógica, não só com os seus funcionários, como na coletividade. Por meio das buscas e das intenções de seus usuários, a empresa enriquece às custas dos produtores individuais ou coletivos que fornecem todo o seu conteúdo de maneira espontânea.

A sociedade contemporânea prefere assumir um conformismo político frente às tendências do capitalismo cognitivo, esse cenário não exclui uma pequena parcela opositora, de grande expressão na rede, mas de pouca presença fora dela. Evocando o pensamento de Rogério Luz (1993), sobre os apontamentos anteriores, é possível verificar a existência de uma visão acrítica acerca dos avanços da web:

O chamado avanço tecnológico é uma tradicional fonte de otimismo irresponsável e supõe a crença ingênua num indefinido progresso da humanidade. Ora, esse avanço pode constituir, ao contrário – no caso, com o poder “tóxico” que têm as imagens digitais de envolver o sujeito em um mundo paralelo, autorreferente e indiossincrásico – mais uma ameaça à sociabilidade e à formação da consciência democrática. (LUZ, 1993, p.49).

Longe de sua maturidade, tanto a plataforma como seus usuários seguem em uma busca incessante de novos usos e experiências, em condições que alteram suas percepções e a própria rede.

Fernanda Bruno aponta para a “transformação no modo como tradicionalmente se concebe a relação entre pensamento e tecnologia” (2002, p.1) depois dos recentes artefatos tecnológicos que ela chama de “tecnologias cognitivas” - aparatos que facilitam a produção e difusão do conhecimento na atualidade. Enquanto Husserl e Heidegger acreditavam que o determinismo tecnocientífico levaria fatalmente ao esquecimento do ser, Guattari (1992)

acredita que “a informática e a tecnociência não são nada mais do que formas hiperdesenvolvidas da própria subjetividade” (1992, p.182) e que são usadas de acordo com a intencionalidade.

2.6 A Tirania do Hype

A mais recente investida da empresa continua dividindo opiniões – o *cloud computing* (computação em nuvem), que até o momento não passa de um conceito, uma ideia que tem ocupado os engenheiros e os diretores do Googleplex em Mountain View, no Vale do Silício.

O *cloud computing* anuncia o futuro dos computadores e da própria internet e, na mesma medida de todas as ações da empresa, tem seu lado bom e ruim. O conceito propõe o fim dos computadores como conhecemos e a maximização da internet enquanto banco de dados. Os computadores serão apenas dispositivos para acessar a internet, que por sua vez será uma grande nuvem de informações e computadores em rede.

A ideia é transformar a internet em uma nuvem com toda a informação, que será acessada de qualquer dispositivo, em qualquer lugar do mundo. De dados pessoais à planilhas de empresas, fotos de família à softwares, tudo virtualmente em uma grande nuvem de dados.

A iniciativa eliminará a venda de softwares, que serão ofertados em versões gratuitas *online*, barateando os preços dos computadores, que precisarão de menos capacidade em suas configurações, e almeja a tão comentada e esperada inclusão digital de populações de menor renda.

Outro aspecto positivo da *cloud computing* seria a longevidade das informações: problemas técnicos em computadores não ocasionariam mais perdas ou falhas nos acessos, estaria tudo guardado na internet.

O Google vem direcionando grande parte de seus investimentos para questões de infraestrutura, compra de cabos de fibra ótica submarina, pesquisas em redes de internet, aumentando suas bases de dados e já cogita utilizar equipamentos *off shore*, aproveitando energia solar e das ondas para sustentação, na intenção de economizar em gastos e impostos.

O questionamento pontual é sobre a segurança: o fornecedor da nuvem garantirá a segurança das informações? Seria possível entregar todas as informações pessoais ou da empresa e a infraestrutura a terceiros? A política praticada, no tocante a direitos autorais e privacidade das informações é algo que deverá ser claramente regulamentado e acordado entre as partes.

Muitos acreditam que o *cloud computing* não pode ser encarado ingenuamente, pois existe o risco de problemas no database do fornecedor e dessa forma, o cliente perderia toda a informação armazenada em nuvem e também no tocante a vulnerabilidade dos dados.

Há uma preocupação, por parte de alguns teóricos, de que a *cloud computing* não passe de uma estratégia corporativa perversa, que visa a concentração do capital simbólico como meio de diminuir, ou ainda reverter, as tendências democráticas que apareceram junto à primeira onda da expansão das tecnologias da informação. Eles entendem o otimismo tecnológico como resposta cega à privatização biopolítica do conteúdo criativo produzido nas redes – a web 2.0.

Richard Stallman (2008), famoso ativista político defensor do software livre, em entrevista ao jornal *The Guardian*, comentou acreditar que o Cloud computing é uma armadilha das grandes corporações para aprisionar os usuários em seus sistemas fechados. Para ele, a estratégia não passa de uma campanha de marketing que, para seduzir os usuários, aposta em promessas de avanço e democracia.

Stallman (2008) alerta para o risco que o usuário corre ao migrar para a computação em nuvem, ao fazer upload de arquivos pessoais, emails, documentos, entre outros, para o *database* de grandes empresas, já que a chance de perder o controle sobre tais informações é enorme. Passando o *hype* dos benefícios da nuvem, hora ou outra, as empresas começarão a extrair os lucros, e é melhor que os usuários mantenham suas informações em suas próprias mãos.

Para minimizar as primeiras críticas negativas, os engenheiros já estão trabalhando em versões e aplicativos que facilitarão a vida dos usuários das nuvens. Inicialmente, a nuvem deve ser oferecida em três versões distintas: a pública - com um custo menor e arquitetura padronizada, a privada –

direcionada para empresas, com firewall corporativo e configurações de acordo com a demanda; e a híbrida – onde a capacidade extra pode ser negociada, com aplicativos específicos, porém nos traços da nuvem pública.

Deve-se lembrar que o termo computação nas nuvens não é novidade, algumas empresas já adotaram o sistema, alguns sites já são praticamente seus próprios sistemas operacionais, com o uso de aplicativos *online*, e já é possível utilizar alguns softwares nessas versões também.

A maioria dos produtos Google já opera em nuvem, facilitando o acesso aos seus arquivos independente do dispositivo usado, ou em diferentes computadores. O Google planeja lançar o provedor com a maior capacidade mundial, por isso vem investindo em databases e infraestrutura.

A competição Google vs Microsoft figura como um dos fatores principais para a investida da empresa rumo a virtualização da rede. Em um cenário onde toda a informação estará disponível na internet, a conexão será de extrema importância. Eliminando o Windows e os demais softwares da concorrência, o Google terá fácil acesso ao posto de empresa de maior relevância no mundo.

A percepção pública da empresa, tanto de seus funcionários quanto de seus usuários, é bastante positiva, são poucas as críticas. Em sua grande maioria, elas vem de empresas que eventualmente perderam receita em alguma área onde o Google começou a atuar. Percebe-se a falta uma crítica formal, estruturada, que passe de simples concorrência ou rancor, mas que se configure como uma oposição, sem perder o poder da denúncia.

Os serviços são gratuitos, a busca é avançada e facilita a vida de muitos usuários, a logomarca é agradável, os funcionários são jovens brilhantes do mundo todo, a empresa se importa com o bem estar dos empregados e investe inclusive na diversão interna - tudo remete à uma atmosfera contracultural, com mesas de sinuca e bolas de pilates. O slogan é “Não faça o mal”, a empresa é enorme e engole quem estiver no caminho, é uma grande predadora, mas para a maioria das pessoas é só o Google.

Nos próximos capítulos a reflexão se desenrola sobre a interação homem-máquina, no tocante às trocas simbólicas realizadas na web, nos processos de subjetivação e pretende investigar até que ponto somos realmente sujeitos em nossas buscas na internet.

Voltaremos o olhar ao séc. XIX e suas instituições reguladoras, a fim de costurar conceitos e intenções com o cenário atual. A tecnologia dita novos protocolos de controle, os dispositivos de regulação e vigilância acompanham a evolução tecnocientífica e continuam operando a todo vapor.

Temos no Google o exemplo de como hoje, mais do que nunca, a informação rende não só bilhões em faturamento como poder social. A empresa cresce a cada dia e visa a hegemonia na internet, carregando com ela uma enorme onda de otimismo irresponsável.

Faz-se necessário um estudo mais crítico que consiga enxergar os conteúdos através da experiência, e não só da teoria. Nesse projeto, serão investigados os ganhos cognitivos e as possibilidades de exercício da subjetividade dos usuários de mecanismos de busca do Google, dentro de um contexto do poder ordenador da mídia no qual está inserida a internet.

Dessa maneira, o estudo ajudará a compreender as práticas individuais e sociais de autovalorização e auto-organização da subjetividade e entender as potencialidades processuais das revoluções tecnocientíficas, e seu escopo na evolução cognitiva dos indivíduos.

3 – Meios de Embrutecimento

3.1 Sobre o Perímetro Teórico

Para implementar a investigação acerca da subjetividade e logística simbólica, não só das buscas, mas no Google enquanto empresa, iremos trazer para a discussão, principalmente, os pensamentos de Félix Guattari (1992) sobre as máquinas subjetivantes, Michel Foucault (1975) e seus trabalhos sobre o Biopoder, o conceito de Multidão, desenvolvido por Negri e Hardt (2005), visões sobre o atual “capitalismo cognitivo” e reflexões de Agamben (2009) e Žižek (2006) acerca do que eles chamaram de Dessubjetivação e Interpassividade, respectivamente.

Não menos importante, serão usados outros conceitos sobre tecnologias cognitivas e espaços de pensamento, dispensando um olhar especial para a

experiência espaço-temporal, indispensável na produção social, e ainda refletiremos sobre a mobilidade das redes e territórios.

Com o perímetro teórico uma vez delimitado, o exercício reflexivo se dedica a extrair, da experiência social, conseqüências e efeitos gerados pela sua especificidade tecnocultural. Em outras palavras, pretende-se compreender os desdobramentos e os resultados da estrutura tecnológica e midiática na experiência social coletiva contemporânea – como a lógica do capitalismo cognitivo opera na experiência individual e coletiva.

O presente trabalho pretende construir uma argumentação teórica crítica acerca das tecnologias de comunicação e informação, e de como seu papel estruturante implica na formatação de uma nova ordem mundial. Do ponto de vista social-histórico, este estudo pretende contribuir, de certa forma, para a apreensão do modo de existência contemporâneo.

3.2 Sobre a Subjetividade

Em virtude dos contornos que daremos à pesquisa, é de caráter propedêutico que se faça uma análise cuidadosa sobre o conceito de subjetividade e a forma como ele é empregado. Em rápida consulta a dicionários, observa-se que o conceito é enquadrado como relativo ao sujeito ou nele existente, emanação direta do espírito, que se passa no íntimo do sujeito pensante, entre outros.

No presente estudo, o conceito de subjetividade é empregado em seu sentido mais amplo, diretamente relacionado à produção e coletividade, sob a luz, principalmente, dos trabalhos de Félix Guattari (1995), inclusive seguindo a mesma abordagem que foi utilizada por ele. A pesquisa teórica fundamenta-se em textos que recortam, eminentemente, o que se considera essencial para a delimitação do tema.

A subjetividade, dentro da história do pensamento ocidental, segundo Deleuze (2001), veio se desenvolvendo a partir de um conceito de representação platônica, aprimorado por Aristóteles no tocante a hierarquização e diferenciação dos seres e que em seguida, inquietou

Descartes a iniciar o primeiro movimento em direção à subjetividade, em sua meditação filosófica. Deleuze (2001) acredita que o corte veio a partir de estudos e investigações de David Hume acerca da natureza humana, e que pela primeira vez, a subjetividade assumiu os contornos de seu conceito mais atual.

Cabe lembrar, *en passant*, que para Deleuze, a topologia do pensamento tem sua base em dois grandes eixos – eixo vertical do platonismo, que valoriza o conhecimento e a episteme, e o eixo horizontal das escolas sofistas que, por sua vez, valorizam os acontecimentos.

Sabendo disso, Deleuze afirma que “O sujeito se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo” (2001, p. 76), e é na transcendência que ele se constitui, porém devemos lembrar que esse movimento é um duplo – “o sujeito se ultrapassa, o sujeito se reflete” (2001, p.76).

Essa foi a grande contribuição de Hume. Ele enxergou esse duplo movimento em sua crítica ao modelo representacional platônico e instituiu uma nova base ao empirismo, enquadrando a subjetividade ao eixo horizontal do pensamento, a saber, eixo dos acontecimentos – o que Deleuze chamou de pensamento rizomático.

Ou seja, a subjetividade enquanto pressuposto ontológico é um constructo do meio social, nas palavras de Deleuze - “inferência e invenção”. Não se trata de consciência ou racionalidade, destarte, o sujeito tem o seu devir à medida que articula dados, hábitos, informações e crenças, previamente disponíveis, e nesse processo, cria uma identidade flexível.

Sendo assim, segundo Deleuze (2001), a subjetividade é de caráter transitório: uma vez que mudem as experiências, os contextos e a própria sociedade, mudarão também os contornos subjetivantes dos indivíduos. Não existe, portanto, uma subjetividade universal, como se acreditava anteriormente. Melhor definida como rizomática [da botânica - raiz horizontal, ramificada, radial], ela singulariza o indivíduo dentro de padrões já estabelecidos (agenciamentos coletivos de enunciação), este por sua vez os rearranja em hábitos particulares. O conceito de rizoma, de Deleuze e Guattari,

define também uma resistência, a rede fragmentada e descontínua faz oposição à hierarquia e categorização propostas pelo pensamento vertical:

Resumamos os principais caracteres de um rizoma [...]. Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções moveidças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto [...]. Oposto a uma estrutura, [...], o rizoma é feito somente de linhas. [...] O rizoma é uma antigenealogia. [...] o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] unicamente definido por uma circulação de estados [...]. O conceito rizomático abole hierarquias e categorizações, em detrimento de um movimento criador, abriga “todo tipo de devires”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.31-32).

A partir da horizontalização do pensamento, surgem indagações acerca do enriquecimento ou empobrecimento das engrenagens da subjetividade. Presenciamos uma “mestiçagem de culturas”, como pontua Guattari (1993, p.177), perpassada pela assistência da telemática, do computador e das tecnologias de informação. A “máquina-dependência” ocasiona em um cenário, no qual muitos emitem para muitos. Ou seja, há uma pseudo-democracia do conteúdo criativo. Porém, a realidade é bem diferente, as grandes corporações telemáticas ainda ocupam um lugar privilegiado junto aos usuários da rede quando se pensa em relevância e confiabilidade.

Para Guattari, vivemos os mesmos dilemas do passado, só que agora em novos suportes, e a postura indicada pelo teórico consiste em recusar o dilema “de uma rejeição crispada ou a aceitação cínica da situação.” (1993, p. 177.) Não é possível mais à humanidade rejeitar as máquinas e seus desdobramentos, que já estão engendrados no corpo social e são nada mais que os próprios contornos da subjetividade em sua forma hiperdesenvolvida.

A perspectiva esquizoanalítica sobre a subjetividade, que o presente trabalho pretende adotar, destaca as vozes enunciativas fundamentais que estão na base do processo de subjetivação das sociedades ocidentais contemporâneas. Principalmente as vozes de autorreferência que culminaram na produção de uma subjetividade processual autofundadora.

É pertinente frisar que a subjetividade vem, ao longo dos séculos, sofrendo mutações e novas clivagens. Guattari (1993) destaca a existência de

três vozes primordiais que compõem os equipamentos coletivos de subjetivação, a saber:

1. as vozes de poder: que circunscrevem e cercam, de fora, os conjuntos humanos, seja por coerção direta e dominação panóptica dos corpos, seja pela captura imaginária das almas;
2. as vozes de saber: que se articulam de dentro da subjetividade às pragmáticas técnico-científicas e econômicas;
3. as vozes de autorreferência: que desenvolvem uma subjetividade processual autofundadora de suas próprias coordenadas, autoconsistencial (que há um tempo atrás eu havia relacionado à categoria de “grupo sujeito”), o que não a impede de instalar-se transversalmente às estratificações sociais mentais. (GUATTARI, 1993, p. 179).

Dessas três vozes o autor destaca a terceira como a mais rica e universal, no sentido de comportar maior número de realidades humanas. Seriam as três vozes, respectivamente, o “Poder territorializado, Capital de saber desterritorializado e Autorreferência processual.” (GUATTARI, 1993, p.181). Em análise contextual, deve-se abrir mão de qualquer pretensão de universalizar uma estrutura subjetiva, ao contrário, o que se produz é uma cartografia que contigencie as nuances e contornos da época.

Prosseguindo no conceito de “cartografia especulativa”, empregado por Guattari (1993) em seus trabalhos, na tentativa de datar os acontecimentos históricos que, dentre outros, foram de extrema importância para moldar a subjetividade contemporânea, o autor aponta três momentos distintos – a redefinição da subjetividade religiosa, a desterritorialização dos saberes e a informatização mundial. São desdobramentos objetivos dos três momentos históricos que reverberam na produção da subjetividade contemporânea.

A nova máquina religiosa era bem diferente daquela instância central que detia um poder totalizante e totalitário da época dos impérios. O monoteísmo, juntamente ao surgimento de novas figuras sociais e a livre circulação dos saberes, acabou por instaurar um novo sistema ideológico na sociedade e abrir o caminho para a nova subjetividade capitalística.

A partir do século XVIII, uma fratura histórica causará a desterritorialização de instituições que, até então, eram pilares estruturais da vida social – a revolução industrial. A partir daí, começam as mutações nos agenciamentos coletivos. O aumento do consumo do texto impresso, que agora

faz parte das engrenagens da vida social, permite uma grande circulação de saberes, o taylorismo dita as novas diretrizes da força de trabalho e o tempo perde o ritmo natural e ganha valor econômico. O homem é desterritorializado pela máquina, suas funções sociais devem ser reprogramadas para se encaixar nas exigências do novo sistema:

O “Espírito das Luzes” que marcou o advento dessa segunda figura da subjetividade capitalística permaneceria, de fato, acompanhado de um incorrigível fetichismo do lucro – fórmula libidinal de poder especificamente burguesa que, apesar de ter se diferenciado dos antigos sistemas emblemáticos de controle dos territórios, das pessoas e dos bens, recorrendo a mediações mais desterritorializadas, nem por isso deixou de secretar um fundo subjetivo dos mais obtusos, dos mais sociais e dos mais infantilizantes. (GUATTARI, 1993, p. 186).

Dessa forma, ainda que se professassem novas liberdades, o capitalismo industrial se baseava na dominação do inconsciente, e para isso, utilizava outros dispositivos que imprimiam novos níveis culpa e responsabilidade aos indivíduos.

No que diz respeito a esse último ponto, acontece uma inversão de poderes, agora é a máquina que fica sob o controle da subjetividade. Surge uma subjetividade maquínica, com novos contornos, com novos comandos, novos agenciamentos sociais. O desenvolvimento tecnológico apresenta soluções antes inimagináveis em todos os setores da vida. Vive-se uma era de imensas potencialidades, contudo, as revoluções das quais somos testemunha, só fazem perpetuar imposturas dos sistemas anteriores. A subjetividade contemporânea ainda carrega os dissabores da alienação e políticas infantilizantes e opressoras.

Guattari (1993) não acreditava em uma universalidade das figuras inconscientes do poder e saber, para ele, tais figuras, mesmo que totalmente arraigadas em mitos fundadores da sociedade, podem sofrer mutações em direção a vias libertadoras, rumo a uma verdadeira revolução da inteligência.

A subjetividade contemporânea é contingenciada por dispositivos de poder e saber que operam a favor dos interesses das grandes corporações telemáticas. É uma subjetividade alienante, mass-midiática, que utiliza as

inovações tecnológicas e criativas a favor da manutenção de antigos dogmas sociais.

3.3 Rede, Pensamento e Autopoiese

A biblioteca é ilimitada e periódica. Se um eterno viajante a atravessasse em qualquer direção, verificaria ao cabo dos séculos que os mesmos volumes se repetem na mesma desordem (que, repetida, seria uma ordem: a Ordem). (BORGES, 2007)

A horizontalização do pensamento, com efeito, suprimiu a hierarquização. Não existem mais bipolaridades do tipo individual e global, são todas ramificações de um mesmo rizoma. Como uma rede, agora livre do domínio de instâncias reguladoras, a produção de subjetividades e as tecnologias de comunicação e informação exercem um papel estruturante na nova ordem mundial. Revigorando a discussão, André Parente pontua que “ao se retirar a hierarquização social [...] pensar é pensar em rede.” (PARENTE, 2010, p.91).

No entanto, é preciso lembrar que a economia da rede não representa uma entidade autônoma, e muito menos uma emanção das novas tecnologias, trata-se de um conjunto de agenciamentos coletivos da capacidade criadora do mundo social e histórico – uma polifonia.

Evidentemente, estes agenciamentos de enunciação operam de uma maneira muito sutil. Para Guattari (1992), o inconsciente (Laciano ou Freudiano) é o equipamento coletivo de subjetivação.

O autor levantou o questionamento “como falar da produção da subjetividade, hoje?”, e ainda nos lembra que a maquinação da subjetividade não é uma novidade absoluta (GUATTARI, 1992,p.178). Desde os “tempos arcaicos” e “pré-capitalistas” já existiam máquinas reguladoras que controlavam os equipamentos coletivos de subjetivação.

A máquina reguladora seguiu o avanço tecnológico e está presente no que se costumava chamar de *real* e *virtual*, e que hoje pode ser entendido como duas esferas da mesma realidade.

A subjetividade ainda é controlada pelos dispositivos de poder, que operam com a noção singularizante e instituem uma nova logística simbólica – novas formas de organização dos meios de comunicação, e políticas próprias de acesso à informação e sua apropriação. Edmond Couchot (2003) aponta que a automatização maquínica esmorece o sujeito e cria novas figuras do EU e do NÓS.

Uma nova figura do NÓS e do EU deve ser encontrada entre a subjetividade exacerbada de um autor onipotente e a subjetividade que corre o risco de nada mais ser do que o barulho surdo de uma colméia habitada por insetos sociais. (COUCHOT, 2003. p. 305).

Dividindo opiniões desde seu surgimento, os resultados do avanço tecnológico podem ser abordados de pontos de vista distintos. Alguns teóricos acreditam que o determinismo tecnológico embotaria as capacidades do ser, que perderia cada vez mais a capacidade de pensar por si mesmo. Outros, mais otimistas, preferem encarar o avanço só pelos seus benefícios.

“As máquinas subjetivantes”, tão presentes nos trabalhos de Foucault, Deleuze e Guattari, devem ser entendidas não apenas como equipamentos técnicos, instrumentos tecnológicos, motores e peças de engenharia. Para Guattari, as máquinas são prévias às técnicas e não a expressão destas. (GUATTARI, 1993, p.45). Antes, devem ser entendidas como dispositivos híbridos, imateriais e cognitivos, investidos de intencionalidade. Podemos citar como exemplos o próprio corpo, a língua, os afetos, as crenças, entre outros. As máquinas são muitas, religiosas, teóricas, informacionais, científicas, militares; e todas operam como modeladoras da subjetividade coletiva.

Segundo Guattari (1993), as máquinas são inerciais e operadas por maquinismos sociais. Desta feita, pode-se pensar que não existem sujeitos, mas processos subjetivantes, pressupostos ontológicos de constituição do ser à medida que ele responde ou resiste aos saberes e poderes constituídos.

A resistência e a resposta suscitam outros estímulos, que por sua vez, produzirão outras resistências e respostas. Tudo é cooptado e acoplado às máquinas e nesse movimento elipsado o sistema torna-se autorreferente, autopoietico, o que se produz são produtores.

Varela e Maturana (2001) consideram as máquinas como “o conjunto das interrelações de seus componentes independente de seus próprios componentes” (p.51). Os sujeitos são sistemas complexos, autopoieticos, que vivem em rede, passando por transformações constantes de acordo com as solicitações surgidas dos processos de interação espaço-temporal.

Neste recorte, considerando o campo conceitual da autopoiese enquanto um movimento de regeneração, André Parente ajuda a definir a produção de subjetividade:

Pensar a subjetividade como autopoiesis nos leva a descrever o saber, a razão, a cognição, a inteligência, não como faculdades de um sujeito, uma vez que eles são dimensões que coemergem com os universos sociais. Por outro lado, estas ‘capacidades’ que coemergem com o indivíduo em um processo de autoengendramento não podem ser vinculadas apenas a seu cérebro, mas a seu corpo, que ultrapassa de longe o seu invólucro corporal e se estende até onde se estendem suas redes sociotécnicas, seus hábitos, seus apegos. (PARENTE, 2010, p. 106 – 107).

Neste ponto é interessante lembrarmos o conto “A biblioteca de Babel” de Jorge Luiz Borges (2007). Em um exercício reflexivo é possível cerzir uma linha unindo a biblioteca de Borges, a rede autopoietica e o Google. Borges começa afirmando que a biblioteca é interminável, e que não há, em sua vasta imensidão, dois livros idênticos. Trata-se, pois, que a biblioteca é o próprio universo e em abstração podemos também relacioná-la ao ciberespaço.

De certa maneira, Borges (2007) acabou profetizando em 1941 como o capitalismo cognitivo, as instituições informacionais, as máquinas subjetivantes e a sociedade em rede funcionariam mais de meio século depois. Borges observou com grande acuidade que a “biblioteca” é um organismo vivo, que remete a ela própria - uma grande potência de intertextualidade.

Não teria o Google pretensões de ser um “catálogo dos catálogos”, sugerindo a busca regressiva, [linkando B e C para se chegar a A], como a mais eficiente para se encontrar, em menos tempo, o que se procura? Neste movimento de inúmeras referências cruzadas, a possibilidade de não só alcançar, mas produzir todo o conhecimento resulta em uma grande onda de euforia.

Quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens

se sentiram senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: nalgum hexágono. (BORGES, 1972).

Dando prosseguimento a discussão anterior, em certo momento Borges afirma “A certeza de que tudo está escrito nos anula ou faz de nós fantasmas”. Com efeito, pensando na sociedade em rede, é possível sinalizar para o que Guattari chamou de “despotismo da circularidade significativa” (GUATTARI, 1993, p.113), o relacionamento quase umbilical homem-máquina (ciberespaço) embota a produção de subjetividade. Em outras palavras, os sujeitos são, na verdade, apenas editores de desejos orientados, de afetos pré-estabelecidos, de padrões já existentes.

A biblioteca é uma prisão, e a busca constante pelo “livro” que atenda as necessidades transitórias é o dispositivo sutil de aprisionamento. A prisão sofisticada opera via mídia e ciberespaço, o controle é possível através do mapeamento dos fluxos de atenção e os movimentos de interação na rede. É a época do trabalho imaterial, do rolo compressor do capitalismo e da Biopolítica. Os citados conceitos serão devidamente retomados no próximo item.

3.4 Sobre Territórios e Utopias

Grande parte das análises da sociedade se desdobram sobre os indivíduos e suas especificidades, no particular e no geral. No entanto Foucault já argumentava sobre a necessidade de se voltar o olhar para o exterior, “do espaço de fora (...), espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos” (FOUCAULT, 1984, p.414).

Ele pontua, ao contrário do que muitos acreditam, que o homem não vive em um espaço vazio (onde se adicionaria indivíduos e coisas), mas sim “no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos” (FOUCAULT, 1984, p. 414).

Para Michel Foucault interessam dois posicionamentos principais, a saber, as utopias (do grego *não-lugar*): espaços sociais essencialmente irreais

e, por conseguinte, as heterotopias - lugares reais, em suas palavras - “utopias efetivamente realizadas” (FOUCAULT, 1984, p. 415) que, no entanto, são consideradas como contrapositionamentos, movimento de contestação e resistência, um lugar que está fora de todos os outros.

Para dar mais corpo às definições, Foucault lança mão de um exemplo onde é possível identificar os dois posicionamentos através da experiência mista, o que ele chama de “utopia do espelho”.

O espelho pode ao mesmo tempo ser visto como utopia, na medida em que o indivíduo se vê onde não está: espaço irreal atrás da superfície que produz a visibilidade dele mesmo (*não-lugar*) e como heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente e tem um efeito retroativo, pois a partir dele o indivíduo se descobre ausente do lugar que está, pois ele se vê longe. (FOUCAULT, 1984, p.415).

A partir desse olhar, que de qualquer forma se dirige para mim, do fundo desse espaço virtual que está do outro lado do espelho, eu retorno a mim e começo a dirigir meus olhos para mim mesmo e a me constituir ali onde estou; o espelho funciona como uma heterotopia no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo absolutamente real, em relação com todo o espaço que o envolve, e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está lá longe. (FOUCAULT, 1984. p. 415).

Seria possível, em analogia, considerar o Google como uma nova utopia do espelho? Um espelho algorítmico que mostra apenas o que o usuário desterritorializado deseja ver, seu próprio reflexo que alimenta o mercado da economia da atenção, uma utopia na qual é suprimida a clivagem entre produção e consumo. O Google tem como objetivo promover um território no qual ele possa ser confundido com a cooperação espontânea, para extrair o máximo de valor não-monetário.

Trazendo as considerações de Haesbaert (2004) à discussão, podemos analisar o cenário da internet e da sociedade em rede de acordo com o conceito de desterritorialização e reterritorialização.

A rede pode ser entendida como o elemento fundamental da formação de territórios, Haesbaert argumenta que talvez seja essa a novidade da experiência contemporânea:

[...] controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade (...). Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes. (HAESBAERT, 2004, p. 280).

Territórios moldados pelas redes são característicos da contemporaneidade, acompanhando a evolução tecnológica, principalmente a comunicação instantânea globalizada, enquanto componentes dos processos de territorialização. São territórios fragmentados, superpostos e descontínuos, e por serem especialmente constituídos de “movimento, ritmo, fluxo, rede.”, devemos lembrar que não se trata de um movimento aleatório, e sim maximizado pela intenção de quem o constrói e de quem dele usufrui (HAESBAERT, 2004, p. 281).

No livro *Caosmose*, Guattari (1992) afirma que “O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado.” (GUATARRI, 1992, p.169). Antes de avançar é preciso compreender a dinâmica intrínseca aos movimentos, que envolvem os territórios e suas reorganizações. O conceito de “desterritorialização” apareceu primeiramente em *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari em 1972 e foi amplamente adotado pelas ciências humanas.

Os territórios não estão mais em um ponto fixo da terra, são universos imateriais, fronteiras subjetivas. A desterritorialização nunca será um movimento ímpar, sempre ocorrerá uma reterritorialização em resposta ao primeiro fenômeno. André Lemos (2005) nos lembra que o homem desterritorializado lança mão de artefatos e símbolos para construir seu habitat. Ele se reterritorializa, ao contrário dos outros animais, e constroi seu espaço a partir de artefatos e símbolos – “A ferramenta, feita de pedra, é a pedra reterritorializada pela mão” (LE MOS, 2005, p.4). A dinâmica dos territórios é o que confere à humanidade a capacidade de se manter em movimento e de, quiçá, avançar.

Um território se constitui através de seus limites e do controle de suas fronteiras, que podem ser físicas, simbólicas ou subjetivas. Para se criar um território é necessário que se controle os processos internos do mesmo, já a

desterritorialização compreende no movimento de fuga, de escape pelas fronteiras, qualquer movimento de resistência e ressignificação.

As leis, o Estado e as instituições criam territórios para fazer a manutenção do poder e do controle. Em consequência, os movimentos de desterritorialização atuam justamente na reorganização da vida em outros territórios. Dessa forma, a vida social está sempre se transformando, impulsionada por tensões desterritorializantes.

André Lemos (2005) considera a internet uma máquina essencialmente desterritorializante, sob o viés político, econômico, cultural e subjetivo. O ciberativismo, os blogs, o software livre, entre outros movimentos de resistência, seriam assim, uma possibilidade de reterritorialização.

O território deve ser entendido como modos de organização, construção e controle. Hoje, mais que antes, os territórios são descontínuos, mudando de acordo com a intencionalidade e jogos de poder. Santos (2002) aposta no conceito de fixos e fluxos e vê o território como um campo de ação, de tensão e de intenção.

Desterritorializar-se implicaria uma mudança nos fixos a partir dos fluxos. Para investigar onde ocorre a produção da subjetividade é preciso examinar as constantes mudanças dos fluxos e rupturas dos padrões (desterritorialização) e identificar até que ponto o indivíduo atua nessas mudanças.

Os movimentos em rede e os fluxos de atenção movimentam a economia. Existe um grande mercado de subjetividades que orienta as decisões de consumo e o desenvolvimento da humanidade. Cada clique, cada busca, cada instante de consciência pessoal é suficiente para contribuir no mapeamento dos fluxos de atenção e interesse.

O capitalismo agora se move em busca do trabalho imaterial, das ideias, da atenção, da audiência. Em exemplo simples, dado por Pierre Lévy (2004), é possível verificar como a atenção orienta a economia: quando uma pessoa começa a se interessar por jardinagem, vários mercados específicos são beneficiados, o vendedor de terra, a loja de ferramentas, as revistas especializadas, etc.

Uma rápida busca na internet já beneficia várias outras empresas específicas e seus anunciantes, sempre há um nicho em crescimento devido a um certo fluxo de atenção e interesse. Rüdiger (2010) sintetiza o papel do sujeito da seguinte maneira: “O homem deixa de ser sujeito, com todos os males que daí nascem, para se tornar fluído ou embreagem de um só vasto maquinismo” (RÜDIGER, 2010, p.109)

Lévy, por sua vez, acredita ser possível empreender um uso consciente de nossa atenção. O consumo deveria vir investido do desejo de orientar a economia rumo ao desenvolvimento coletivo e não apenas para buscar uma “identidade”. (LÉVY, 2004, p.181).

A partir dos estudos de Rogério Haesbaert (2004) e Milton Santos (2002), é possível estabelecer um diálogo direto com Foucault e a sociedade disciplinar, “A existência das redes é inseparável da questão do poder” (SANTOS, 2002, p.270). O grande avanço tecnológico e informacional determina a estruturação de várias instâncias em territórios, como a econômica, a política e até a afetiva, homogeneizando a sociedade em rede.

Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição de redes. Com os recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação, a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão. (SANTOS, 2002, p.265).

Ned Rossiter (2006), teórico de mídia australiano, vem alcançando grande importância no cenário mundial devido ao peso e relevância de críticas tecidas acerca da vida contemporânea e da celebração da cultura em rede.

Em seu livro “Organized Networks” , o teórico questiona e discute a falta da dimensão política na rede e na vida, na tentativa de desmistificar a indústria de exploração criativa e estética do capitalismo cognitivo.

Em conferência realizada em Amsterdã, Rossiter (2007) aponta a grande dificuldade de se definir a existência *off line*, principalmente em tempos de mídia onipresente. Para o teórico, só é possível definir a existência *off line* à medida que o usuário comece a fazer *log off*, desapegando-se do “espelho algorítmico”. Rossiter argumenta que alguém está lucrando com a exposição voluntária dos indivíduos e com seus gastos de energia e atenção.

O alerta vem do seguinte questionamento – as redes sociais ajudam na compilação dos amigos, mas onde estão os inimigos? – para responder essa questão, Rossiter recorre a um conceito usado por Harold Innis, teórico e economista canadense, que acreditava que os inimigos são revelados pelo “viés da comunicação” – e Rossiter enquadra, nesse caso, os monopólios do conhecimento. (INNIS apud ROSSITER, 2007, p. 12).

O inimigo sem rosto tece os contornos do imaginário coletivo, alimentado por ideias vazias de que devido ao grande potencial colaborativo da rede, é possível se posicionar de forma livre. Aderir a uma causa nobre no Facebook é tão fácil quanto esquecê-la. As manifestações de desagrado *online* produzem a falsa sensação de confronto e oposição, como se fosse possível sair daquilo e alcançar um resultado palpável.

3.5 A Arte da Cafetinagem

– Quando uso a palavra – disse Humpty Dumpty em tom escarinho – ela significa aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos.

- A questão – ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

- A questão – replicou Humpty Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso.¹

A argumentação, neste ponto, atrai sobre si a necessidade de uma contextualização histórica, *en passant*, acerca do cenário sócio-cultural do final dos anos 60, mais propriamente a contracultura, que neste período processou as mudanças que seguiriam efetivas até os dias de hoje, figurando como *modus operandi* do capital cognitivo.

1– Trecho retirado do livro “As aventuras de Alice”, Louis Carroll

No final dos anos 60, começo dos anos 70, o então regime fordista disciplinar começa a ruir, vários são os fatores que provocam a ruptura do sistema que pregava a produção em massa, a padronização e a verticalização do trabalho. Entre motivos estruturais e financeiros, surge um movimento de resistência e contestação social – a contracultura – uma crítica direta ao modo de vida capitalista burguês e às políticas identitárias.

Neste período, segundo Rolnik (2006), o espaço para a produção criativa era ínfimo, a saber, a imaginação esgueirava-se às margens das políticas identitárias. O movimento problematizava a lógica disciplinar e tinha por objetivo principal abrir espaço para uma produção cultural que valorizasse as problemáticas de seu tempo.

Houve, assim, uma desterritorialização da subjetividade-modelo que incitou o redesenho dos contornos subjetivos da experiência humana. A criação desses novos territórios traçou uma nova cartografia da vida pública e da construção da realidade coletiva.

Ainda segundo Rolnik, os movimentos contraculturais implodiram a subjetivação-modelo e, findo o regime identitário, aparece uma nova subjetividade, flexível e processual. Com efeito, a força de criação passa a ser encorajada, celebrada e eventualmente cooptada pelo novo sistema que se instaurou.

As transformações reverberaram no regime capitalista, que rapidamente traçou novos contornos em adequação às novas demandas. Desta feita, irrompe então uma nova topologia e novas práticas de exploração. Em 1857 Marx já postulava que a teoria social deve ser modelada e entendida segundo os contornos e as especificidades da realidade social contemporânea, ou seja, novas teorias para novas realidades vigentes.

Os trabalhos de Deleuze (1990), eventualmente atualizados por Michel Hardt (2000), sinalizam a passagem histórica da sociedade disciplinar à sociedade do controle, a saber, uma sociedade na qual os mecanismos de poder e domínio são cada vez mais coletivos e interiorizados pelos indivíduos.

A sociedade mundial de controle, termo que Deleuze buscou nos escritos de William Burroughs, substituiu a sociedade disciplinar que sucumbiu

à crise. “O ‘espaço estriado’ das instituições da sociedade disciplinar dá lugar ao ‘espaço liso’ da sociedade de controle.” (HARDT, 2000, p.357).

A passagem ocorre a partir da conjunção de dois momentos distintos, que Hardt (2000) aponta como – enfraquecimento da sociedade civil, e passagem do imperialismo ao império da nova ordem mundial. Como consequência do primeiro momento tem-se o declínio das instituições sociais como forças de mediação. Já o segundo momento é o que vai estabelecer o campo de atuação do biopoder – o controle mundial.

Hardt pontua que não há mais “fora” - desde que os muros das instituições desmoronaram fica cada dia mais laboriosa a tarefa de distinguir o dentro do fora. O território, real ou imaginário, era a marcação das linhas de poder em relação ao que ficava de fora. O espaço civil era tudo que estava circunscrito ao território social e se distinguia da natureza, contudo, no mundo chamado “pós-moderno”, com a queda das funções mediadoras das instituições, a relação entre dentro e fora acabou.

Hardt afirma que “a dialética moderna do fora e do dentro foi substituída por um jogo de graus e intensidades, de hibridismo e artificialidade” (HARDT,2000, p.359), e acabou abarcando também a esfera do público e do privado. Os espaços públicos estão se tornando cada dia mais privatizados, é tendência a criação de espaços encastelados e protegidos.

É igualmente complicado, nos dias atuais, compreender a separação de espaços públicos e privados. No mundo dito “pós-moderno”, a política liberal é desterritorializada e se reterritorializa em um *não-lugar*, o tão criticado mundo do espetáculo. Sendo assim, o “fim do fora é também o fim da política liberal”, pontua Hardt (HARDT, 2000, p. 360).

O escopo do mercado deixou de ser local, com o fim das noções de dentro e fora o mercado se tornou mundial e tem o planeta como sua área de manobra e domínio. Relembrando os conceitos aplicados por Foucault, anteriormente definidos, o império (e aqui podemos incluir como exemplo o Google) é um *não-lugar*, uma utopia. É justamente o fim do fora que caracteriza a transição da sociedade disciplinar para sociedade de controle.

Com efeito, o fim gradual do fora na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle orquestrou mudanças na produção social da

subjetividade. A subjetividade não é de caráter pré-social, mas resultado de constantes interações no contexto das instituições – “o sujeito é submetido à ação, engendrado através de seus próprios atos” (HARDT, 2000, p.368).

Antes da passagem para a sociedade mundial de controle, as subjetividades eram produzidas dentro das instituições, que formatavam os indivíduos de acordo com suas regras e lógicas. É certo que hoje as subjetividades ainda são produzidas pelas instituições, contudo, não só do lado de dentro. A mudança se aplica, dessa forma, ao alcance dos processos de subjetivação, que agora se estendem ao extremo, alcançando todo o campo social:

A produção de subjetividade na sociedade imperial do controle tende a não se limitar a lugares específicos. Continuamos ainda *em família*, na escola, na prisão, e assim por diante. Portanto, no colapso generalizado, o funcionamento das instituições é, ao mesmo tempo, mais intensivo e mais disseminado. (HARDT, 2000, p.369).

Hardt (2000) acredita que, assim como o capitalismo, a produção de subjetividade logra melhor desempenho à medida que se esfacela, pois sem um lugar definido, o engendramento é fluido e alcança todos os níveis. A sociedade do controle propaga a disciplina com muito mais intensidade, uma vez que não existem mais fronteiras de dentro e fora.

Não só as grandes corporações de mídia, como também o aparelho ideológico do Estado, desfrutam agora de um poder ainda maior de corromper as subjetividades, esfacelando as mesmas. A corrupção das subjetividades deve ser entendida, nesse caso, com o mesmo sentido usado por Aristóteles: as subjetividades desterritorializadas são mais facilmente controláveis. Assim como o capitalismo, as máquinas de subjetivação operam em busca de uma soberania, um governo baseado na imanência de seu poder.

Assim, do anestesiamiento da subjetividade fordista para a hipnotização da subjetividade midiática, a sociedade mundial de controle se ancora na nova produção do trabalho imaterial. Na sociedade de controle, muito mais democrática, as máquinas realizam a hipnotização do cérebro e promovem a alienação autônoma. Suely Rolnik sintetiza a nova lógica do assim chamado capital cognitivo:

A produção cultural pós-fordista fornece territórios prontos e as subjetividades, uma vez desterritorializadas e frágeis, recebem esses cenários como verdadeiros. Paraísos ilusórios vendidos a quem for capaz de investir ali toda a sua energia vital – de desejos e afetos, a conhecimento e ações. [...] o capital substituiu Deus na função de fiador da promessa, e a virtude que nos faz merecê-lo passou a ser o consumo: este constitui o mito fundamental do capitalismo avançado. Diante disso, é no mínimo equivocado considerar que careçamos de mitos na contemporaneidade: é exatamente através de nossa crença no mito religioso do neoliberalismo, que os mundos-imagem que este regime produz tornam-se realidade concreta em nossas próprias existências. (ROLNIK, 2006, p. 4-5).

Essas observações não evidenciam senão que o capitalismo cognitivo incorporou toda a produção dos movimentos contraculturais, a potência de criação capitaneada pela crise e colocou as forças subjetivas de fato no poder, como havia sido reivindicado pelos movimentos. Essa manobra ficou conhecida e ainda é largamente estudada pelos teóricos como biopolítica.

Rolnik (2006) conceituou essa manobra micropolítica como *cafetinagem*. Para a autora, a imaginação é o principal combustível da hipermáquina de acumulação de capital, inclusive criando uma nova classe – o cognatariado. Nas palavras da autora “a subjetividade flexível entrega-se ao cafetão” (ROLNIK, 2006, p.6).

Segundo Suely, a operação da *cafetinagem* das forças subjetivas e de criação acontece a partir de 3 estágios, a saber, sedução, identificação e submissão. Mais uma vez é preciso lembrar que as políticas de subjetivação são transitórias e se transformam para legitimar o sistema vigente.

Com o Neoliberalismo, as subjetividades pós-identitárias demoliram o muro que separava o público do privado e permitiram a apropriação privada dos bens públicos, assim, o uso comum gera renda à instâncias privadas.

Para compreender melhor a Biopolítica, o presente estudo estabelece uma conversa entre os autores que se dedicaram ao estudo do conceito. Inicialmente estudado por Marx, o conceito ganhou mais corpo nos trabalhos de Foucault, e sua evolução, a partir das análises de um grupo italiano marxista, ganha, com os filósofos Negri e Hardt, suas dimensões contemporâneas.

Marx (1867) já havia percebido que a vida era uma máquina produtiva, para ele a exploração era medida pelo trabalho excedente. A nova topologia do trabalho imaterial solapa a divisão entre trabalho e tempo de vida. Não existe mais trabalho excedente, o valor é gerado na produção do comum, nas novas formas de cooperação, na biopolítica, viver e produzir são coisas indistinguíveis.

Desta forma, o trabalho imaterial cria a própria vida social. A produção subjetiva em um movimento elipsado gera conhecimento que, por sua vez, produz outras subjetividades. Essas novas subjetividades solicitam mudanças no corpo social que responde, através da potência criativa, com novas ideias, que acabam por gerar novas subjetividades e assim por diante.

Nesse momento da argumentação, faz-se necessário definir dois conceitos de extrema importância, amplamente empregados nesse trabalho, para evitar qualquer tipo de dificuldade na compreensão do cenário atual. Demarcar as características da biopolítica e do biopoder ajudarão a entender os movimentos orquestrados por essas duas forças.

O modo como Negri e Hardt entendem os dois conceitos divergem do conceito inicial proposto por Foucault. O termo Biopoder foi cunhado por Foucault (1979) para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a população enquanto massa global. Um regime com contornos militares que visa o domínio da vida social em sua totalidade. O filósofo francês entendia a biopolítica como uma ferramenta de governo, um conjunto de técnicas usadas para subordinar e governar a sociedade – a esse modo de governo ele deu o nome de biopoder.

Os dois filósofos marxistas que evoluíram o conceito de Foucault, por outro lado, entendem que a biopolítica e o biopoder operam em instâncias distintas. A biopolítica atua dentro da sociedade, é ao mesmo tempo estímulo e resposta. Dessa forma, através das relações sociais ela cria a própria vida. Evoluindo o conceito, primeiramente observado por Foucault, será possível delimitar o problema das novas figuras da subjetividade e como se aplica a nova exploração do capital.

A produção econômica é também a produção cultural e política, o afeto deve ser entendido como os “bens imateriais” tão valiosos nos dias atuais, a

saber, as ideias, tendências, o conhecimento, as linguagens e novas formas de relacionamento e comunicação. Desta forma, a produção biopolítica pode inclusive ter contornos de resistência, de fuga. Já o biopoder se localiza acima da sociedade, como uma força que a transcende e busca soberania.

3.6 Pretensa Sabedoria das Multidões

Negri e Hardt (2004), em evolução aos trabalhos de Foucault, que por sua vez não conseguiu delimitar a real produção simbólica da sociedade de controle, clarificam a biopolítica, seus resultados sobre a vida e sobre o corpo social, sua capacidade de produzir e reproduzir a própria vida social.

O trabalho biopolítico (ou trabalho imaterial) [...] cria não apenas bens materiais mas também relações e, em última análise, a própria vida social. O adjetivo biopolítico indica, assim, que as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural tornam-se cada vez menos claras. Mas a biopolítica apresenta numerosas outras complexidades conceituais, de modo que a nosso ver o conceito de imaterialidade, apesar de suas ambiguidades, parece inicialmente mais fácil de apreender e mais capaz de identificar a tendência geral da transformação econômica. (NEGRI; HARDT, 2004, p. 150).

Negri e Hardt propõem uma nova teoria da subjetividade, baseada no conhecimento, na comunicação e nos usos da linguagem – a sabedoria das multidões. Para eles, Deleuze e Guattari não foram capazes de articular de maneira mais profunda a questão da reprodução social. A multidão, para os autores, é o contrário do conceito de povo [a saber indivisível e unificado], é múltipla e polifônica – um conjunto de singularidades plurais, porém não deve ser entendida como fragmentada. Nas palavras dos autores “a multidão é um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum” (NEGRI;HARDT, 2004, p.140).

Como já foi dito anteriormente, as redes estão por todas as partes, é como se entende o mundo e se age nele. A multidão é uma forma de organização em rede e, mesmo a fratura das identidades pós-modernas não se faz de impedimento para a interação das singularidades comuns.

A rede aproxima os fluxos de interesse comum a tal ponto, que não só a produção cultural, o conhecimento, as ideias são resultado de uma ação coletiva, como todo o pensamento não passa de pastiche e as novas ideias já são passado.

Para entender a dinâmica da reprodução social basta entender como se organiza uma multidão. A produção imaterial de uma sociedade – o conhecimento, as crenças, os hábitos, a cultura, entre outros – são estabelecidos através de máquinas subjetivantes que moldam o corpo social dos indivíduos daquela sociedade, sendo essas máquinas emanações da própria sociedade.

Constrói-se então, uma linguagem com saberes e deveres instituídos, através da interação entre os indivíduos, que são largamente internalizados de maneira espontânea. A relação social gera condutas, posturas e consciências, a flexibilidade e a transitoriedade da produção subjetiva de cada sociedade depende da sabedoria e da intenção das multidões.

A expressão “inteligência de enxame”, geralmente empregada por pesquisadores de informática e inteligência artificial, se refere a mecanismos coletivos e descentralizados empregados na solução de problemas em nível global.

A inteligência de enxame parte do pressuposto de que inteligências individuais pouco elevadas, quando somadas, constituem um sistema inteligente e descentralizado, baseado substancialmente na comunicação. Entender a dinâmica e o comportamento desse enxame, da multiplicidade de agentes, contribui para a criação e ajuste de algoritmos que ajudarão a potencializar a solução dos problemas.

O modelo de enxame sugere um formato padrão de comportamento e qualidade dos indivíduos, como se todos fossem mais do mesmo. No entanto, os membros dessa multidão carregam peculiaridades que os diferenciam não apenas em sexo, sexualidade e raça, mas preferências, interesses, competências, opiniões, entre outros. É preciso investigar a inteligência coletiva que se forma a partir da comunicação entre os indivíduos nesse enxame, e principalmente de suas linhas tensão e resistência, *a priori*, de contornos imprevisíveis.

Nesse sentido, não é só ingênuo como errado pensar que o controle da multidão e da sociedade em rede está na mão de empresas ou instituições regulamentadoras. A multidão governa a si mesma.

A entrega é legítima, não existe manipulação ou controle, o capitalismo aprendeu a operar de dentro e expropriar da coletividade em todos os níveis, não é preciso nem mais consumir, apenas se interessar. O comando capitalista é hoje um exemplo do que Foucault chamou de “utopia do espelho”, não é possível dizer de onde o capitalismo opera, é um *não-lugar* e um todo lugar, o capitalismo está em toda a vida. O capitalismo é a própria multidão.

3.7 Sobre Imperialismos e Cognição

A nova teoria da subjetividade deve abarcar principalmente a questão do conhecimento, no tocante à comunicação e aos usos da linguagem. É exatamente onde se processa, atualmente, a mais-valia, fermento social essencial no processo biopolítico de constituição da sociedade.

O trabalho imaterial, a nova topologia da produção laboral, a produtividade dos “corpos vibráteis” como disse Suely Rolnik (2006) traçam o contexto economico-social que tanto interessa ao presente trabalho.

A reflexão, até este ponto, elencou conceitos que consideramos indispensáveis para empreender a construção de um panorama concreto sobre a questão da nova subjetividade. Abordaremos a partir de agora, o aspecto mais importante em toda a pesquisa – como opera a máquina da comunicação. No propósito, portanto, é preciso trabalhar como hoje se processa o desenvolvimento da própria vida, no contexto biopolítico e ontológico da produção social, no corpo como produtor de linguagem e experiências.

A máquina subjetivante da comunicação opera no imaginário, a rede converte a cooperação coletiva em autopromoção. Dessa maneira, o que é produzido pela sociedade é cafetinado e incorporado em avanços tecnológicos, em produtos que instituirão novas maneiras de cumprir certas atividades, novas conexões comunicantes, novos usos da linguagem, entre outros, e é dessa

forma que o imaginário vai sendo moldado e autovalida a máquina comunicadora.

O capital delimita sua área de manobra e direciona seus investimentos a partir da produção biopolítica da sociedade, assim a comunicação determina uma nova cartografia da economia mundial. Esse movimento autopoiético, gera linguagens, integra as novas ideias, institui novos paradigmas, integrando imaginário e simbólico.

As indústrias que estão diretamente ligadas ao processo de produção linguístico são hoje as mais importantes no mercado mundial, pois participam ativamente da estrutura biopolítica que determina para onde a multidão anda e como ela se move, segundo Negri e Hardt (2010):

A comunicação não apenas exprime mas também organiza o movimento de mundialização. Ela o organiza multiplicando e estruturando as interconexões por meio das redes: ela o exprime e ela controla o sentido e a direção do imaginário que percorre essas conexões comunicantes. Em outras palavras, o imaginário é guiado e canalizado dentro dos contornos da máquina comunicadora. (NEGRI; HARDT, 2010, p.171).

A mais-valia, hoje, passou das fábricas para as práticas da comunicação. A rede, o ciberespaço, são imensos campos que fomentam todas as subjetividades. O grande hipertexto das redes semânticas configura o corpo material da consciência coletiva.

É possível, mais uma vez, criar uma analogia com o conto de Borges para entender a dinâmica da produção social. Assim como na biblioteca de hexágonos perfeitos que remetiam um ao outro, a sociedade hoje é uma grande colméia com hexágonos intercomunicantes, e as pessoas são como as abelhas operárias que trabalham incessantemente (trabalho imaterial) na construção tanto da colméia como da própria vida, a inteligência de enxame. A abelha rainha é o capitalismo cognitivo, e os hexágonos perfeitos vão se encaixando na produção e reprodução social.

Uma vez que o Google encara os usuários como uma grande inteligência coletiva, ele opera a partir de uma ideologia universalizante, a corporação acredita que não exista uma grande diferença cultural entre seus usuários, não importa em que parte do mundo eles estejam. Ao analisar

hábitos dos usuários e divulgar todos os anos a lista de palavras mais buscadas, a empresa pretende comprovar que as pessoas são iguais em toda parte, dessa forma acaba por disseminar sua ideologia imperialista.

Na realidade, o imperialismo se manifesta muito mais nos canais de informação e nos protocolos por eles usados do que propriamente na cultura produzida. Ou seja, as plataformas de distribuição e as políticas de uso e acesso é que realmente carregam a mensagem universalizante. Ao estipular modos de procurar, explorar e comprar, o Google “influencia os hábitos de pensamento e ação, [...] essas configurações predefinidas são expressões de uma ideologia.” (VAIDHYANATHAN, 2011, p.126).

Todas as épocas têm seus simulacros, como disse Jean-Louis Weissberg (1993). A nossa, criou entidades híbridas, situadas na grande rede digital, que fizeram cair as fronteiras entre objetividade e subjetividade. Apoiadas em um grande avanço tecnocientífico elas se acreditam autônomas. As potencialidades são enormes, mas o sistema de alienação continua a todo vapor.

Ora, dessa forma, é possível sustentar que as conversações entre os escritos de tais teóricos, cujo debate renasce agora com novas entonações, constituem ferramentas não só usadas na compreensão e crítica de questões políticas e sociais, como para medir o escopo da psicanálise enquanto ciência ainda válida ao cenário contemporâneo.

Poderia a ética lacaniana ainda contribuir para entender as escolhas contemporâneas? Zizek acredita que, apenas hoje, Freud conquista sua atualidade na dita “sociedade do espetáculo” – quando a realidade social é experimentada como uma mentira amplamente aceita. Segundo Lacan (1988) a realidade é estruturada na ficção, conceito que o psicanalista aplicava aos sonhos e que tem seus desdobramentos agora em direção à lógica simbólica de trocas na Internet.

3.8 Sobre Taylorismo e a Interpassividade

Retomando os principais pontos discutidos neste capítulo, podemos aclimatar a discussão do ponto de vista psicanalítico. A partir da leitura que Žizek (2006) faz de Lacan podemos explicar a ordem simbólica que rege a sociedade através do conceito de “o grande Outro”, uma presença imaterial que territorializa a coletividade.

Žizek (2006) questiona exatamente o recorte empírico que se pretende verificar com o presente estudo – até que ponto o cenário revelado pela autopercepção humana, de seres livres e autônomos, é verdadeiro ou “ilusão do usuário”? (ŽIZEK, 2006, p. 16).

Para desatar as dúvidas a respeito da verdadeira autonomia dos seres humanos é preciso, em análise mais profunda, traçar uma cartografia da subjetividade e verificar se nela ainda opera o grande Outro.

A tríade Lacaniana, a saber, Real, Imaginário e Simbólico, são níveis de percepção que se entrelaçam e fundamentam as relações sociais. Como já foi comentado anteriormente, a máquina subjetivante da comunicação integra Imaginário e Simbólico, dentro da ação biopolítica, na produção linguística da realidade.

A linguagem/realidade produzida é amplamente aceita e se torna um mecanismo de legitimação da máquina comunicacional sistêmica. O grande Outro opera no nível simbólico, organizando a produção e impondo o alinhamento da estrutura do espaço global. Em outras palavras, o grande Outro é um imenso hipertexto formado por todas as subjetividades, a ponto de constituir um corpo social real.

O espaço simbólico funciona como um padrão de comparação contra o qual posso me medir. [...] Enquanto falo, nunca sou meramente um “pequeno outro” (indivíduo) interagindo com outros “pequenos outros”: o grande Outro deve sempre estar lá.[...] Ele só existe na medida em que sujeitos agem como se ele existisse. [...] ele é a substância dos indivíduos que se reconhecem nele, o fundamento de toda a sua existência, o ponto de referência que fornece o horizonte supremo de significado [...] no entanto, a única coisa que realmente existe são esses indivíduos e suas atividades, de modo que essa substância é real apenas na medida em que indivíduos acreditam nela e agem de acordo com isso. (ŽIZEK, 2006, p,17-18).

Lacan considera a linguagem uma ferramenta tanto necessária quanto perigosa, uma máquina subjetivante tão poderosa que tem a capacidade de colonizar seus usuários, com a ressalva que não pode haver descolonização. Ou seja, tecnologias intelectuais e cognitivas que operam novas linguagens instituem novas maneiras de se cumprir certas tarefas e tendem a seguir sempre rumo a evolução. Um passo atrás, nunca será possível.

Neste recorte, Zizek (2006) sinaliza para uma característica substancial acerca da maneira como o agenciamento simbólico opera entre os indivíduos – o paradoxo do pertencimento. O rolo compressor da subjetividade capitalista obriga os indivíduos a escolherem livremente o que lhes é imposto, regras e condutas previamente delimitadas, o ato de fingir a livre escolha de algo que é compulsório (ZIZEK, 2006, p.21).

O paradoxo do pertencimento é acionado por um dispositivo que, segundo Foucault, abriga uma gama de estratégias que condicionam e determinam saberes e por eles são condicionados (FOUCAULT, 2006, p. 299). Os dispositivos do capitalismo cognitivo agem em uma manobra de dessubjetivação dos indivíduos, a negação parte do próprio sujeito de assumir um posicionamento autônomo. Agamben (2009) destaca a captura que o dispositivo empreende sobre os sujeitos:

Aqui se mostra a futilidade daqueles discursos bem intencionados sobre a tecnologia, que afirmam que o problema dos dispositivos se reduz àquele de seu uso correto. Esses discursos parecem ignorar que, se a todo dispositivo corresponde um determinado processo de subjetivação (ou, neste caso, de dessubjetivação), é totalmente impossível que o sujeito do dispositivo o use “de modo correto”. Aqueles que têm discursos similares são, de resto, o resultado do dispositivo midiático no qual estão capturados. (AGAMBEN, 2009, p. 48).

A reflexão suscita, em alguma medida, o pensamento até agora desenvolvido por Zizek (2006) sobre o “novo espírito do capitalismo”. O autor desconstrói, no cenário social, a tão cultuada interatividade, advinda das novas tecnologias, substituindo-a pela interpassividade. Pois, embora a crença geral seja de que a tecnologia é benevolente, que traz apenas avanços e vantagens, em última análise o que se percebe é a tecnologia justaposta aos contornos do capitalismo.

Outro traço observado é uma convicção no consumo interativo, vive-se uma época de relação dialógica com os textos, com os novos meios eletrônicos, obras de arte e demais dispositivos. Há uma ideia geral de que o ciberespaço, com todo o seu potencial democrático, permite aos usuários participar mais ativamente, sair da posição de espectador passivo e atuar no espetáculo e na criação e instauração de suas regras.

Para elucidar a interpassividade, Zizek (2006) lança mão de exemplos muito simples e corriqueiros - a risada enlatada em programas de humor e o hábito de gravar programas e filmes. A interpassividade é um movimento que tira do sujeito sua passividade, de tal modo que outra entidade faz as vezes de sujeito. A risada enlatada incluída nas trilhas dos programas de humor tira do espectador a obrigação de rir, e o vídeo cassete ou o dispositivo que grava filmes e programas assiste os filmes que compila.

Nos exemplos dados por Zizek, a risada enlatada e o videocassete é que fazem as vezes de sujeito, a interpassividade vem no registro simbólico, naquilo que o objeto suprime no sujeito, dessa forma tem-se a falsa impressão de atividade, de participação. O autor afirma que o “perigo não é a passividade, mas a pseudoatividade”, a crença de que se está produzindo algo quando na verdade toda ação já é prevista pelo grande Outro. Existe, entretanto, uma forma de assegurar que essa pseudoatividade seja rompida:

Contra esse modo interpassivo, em que somos ativos o tempo todo para assegurar que nada mudará realmente, o primeiro passo verdadeiramente decisivo é retirar-se para a passividade e recusar-se a participar. Esse primeiro passo limpa o terreno para uma atividade verdadeira, para um ato que mudará efetivamente as coordenadas da cena. (ZIZEK, 2006, p. 37).

Ora, sabendo que o Google é o “catálogo dos catálogos”, ou em última análise o “Homem – Livro” do conto de Borges, um mecanismo que alcançará toda a informação disponível tira dos sujeitos a obrigação de se posicionar, uma vez que tudo já está pronto ao alcance de um clique.

Em um rápido movimento de ascensão, o Google deixou de ser apenas um serviço de busca para se transformar no principal guia de navegação na Internet. E a partir de suas funções mais primárias, como por exemplo criar

filtros e perfis dos usuários, sem levantar suspeitas passou a exercer uma incalculável influência sobre condutas, decisões e desejos.

Segundo Zizek (2011), o que vemos hoje é um cenário onde o lema anticapitalista dos movimentos culturais dos anos 60/70 foi transformado em capitalista – legitimando o dito “capitalismo cultural”. Assinalando a inversão dos paradigmas, Zizek pontua que a colonização mental é naturalizada no próprio cérebro, que por sua vez vai de encontro com as solicitações do capitalismo cultural.

A sociedade em rede é uma máquina que fornece “o melhor método” de coleta, transmissão e manipulação das informações – o algoritmo perfeito – trabalho do conhecimento. Nicholas Carr (2008) , em seu artigo sobre o Google, considera a multinacional como a maior igreja a operar hoje na rede e a religião praticada é o Taylorismo. Os engenheiros se dedicam principalmente a projetos que visam melhorar cada dia mais os algoritmos e aumentar a eficácia e a precisão das buscas de informação bem como a melhor maneira de extrair dela o necessário. Segundo Carr, o que Taylor fez para melhorar e automatizar o trabalho das mãos, o Google faz no trabalho da mente.

4 – Esquizoanálise

4.1 Ficção, Magia e Realidade

Esse discurso, como vocês seguramente poderão apreciar, se são leitores de Deleuze e Guattari, é um discurso incrivelmente erudito, de um rigor e de uma seriedade, de uma literalidade nas citações, que chega a ser um tanto desesperador. Porque a gente não consegue saber como é que dois intelectuais conseguem ler tantas coisas, entendê-las tão bem e extrair delas estritamente aquela parte que eles podem integrar no discurso próprio, com essa vocação revolucionária e produtiva. Mas toda essa erudição, toda essa severa lógica, toda essa ortodoxia no discurso acadêmico não é o mais importante dessa obra. O mais importante é aquilo que ferve por baixo, sob o discurso. É essa capacidade de capturar o leitor e de ir integrando-o a um mundo que, aparentemente mágico, um mundo aparentemente ficção, é infinitamente mais real que os discursos acadêmicos, que os discursos filosóficos especulativos, que as prédicas religiosas, ou que as promessas

políticas. É importante destacar essas características dos textos e dos discursos de Deleuze e Guattari, porque eles estão sempre integrados a um tipo particular de militância. A proposta de uma micropolítica é a ação política que acompanha a proposta analítica desses autores, que se chama Esquizoanálise. A esquizoanálise é uma leitura do mundo, praticamente “tudo” o que acontece no mundo, como diz Guattari em seu livro sobre as ecologias, sendo uma espécie de Ecosofia, uma “episteme” que compreende um saber sobre a natureza, um saber sobre a indústria, um saber sobre a sociedade e um saber acerca da mente. Mas um saber que tem por objetivo a vida, no seu sentido mais amplo: o incremento, o crescimento, a diversificação, a potenciação da vida. (BAREMBLITT, 1998, p. 15)

4.2 A Grande Muralha e o Google

A história do Google na China começou por volta de 2004 e, ao que tudo indica, terminou com ressentimentos de ambas as partes em 2010. Em meados de 2009 o governo chinês tinha recorrido a todas as tecnologias de censura à Internet para bloquear o acesso do seu povo aos serviços de redes sociais como o Twitter e o Facebook, e também impedira o acesso a muitos serviços do Google, como Blogger e o Youtube. [...] O Google conseguiu transformar a história numa defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. O Google também foi elogiado pelos mesmos grupos pró-direitos humanos que tanto o haviam criticado por sua longa política de conciliação com a China, apesar do fato de o Google ter se limitado a expressar um desejo de por fim à censura nos sites de busca na rede, sem fazer nada para ajudar o povo chinês a lutar contra a censura ou livrar-se dela. Então, depois de mais de dois meses de inércia, em março de 2010 o Google anunciou que deixaria de oferecer o Google.cn, o serviço de busca em mandarim, operando na China sob o olhar crítico de censores chineses. A providência tomada pelo Google foi considerada como uma “retirada” e comemorada como uma vitória dos direitos humanos pelos ativistas dos Estados Unidos. Não era uma coisa nem outra, porém. O Google simplesmente redirecionou os usuários da China para seu serviço de busca sediado em Hong Kong, que não era ativamente censurado pela empresa. Contudo, o próprio governo chinês censura e impede com frequência o acesso à versão do Google em chinês, com sede em Hong Kong. Desse

modo, na China ninguém vê uma versão não censurada dos resultados de busca do Google. Além disso, o Google manteve suas parcerias com empresas chinesas para a produção de telefones móveis. Também manteve as atividades de busca e os escritórios na China. Não houve “retirada”, apenas um redirecionamento de dados e uma compreensão equivocada dos fatos por parte do público. [...] Em última análise, as concessões do Google deram ao governo da República Popular da China exatamente o que ele queria – livrar-se de uma empresa problemática que nunca esteve a vontade em operar em conformidade com as leis chinesas. [...] Transgredindo seu lema de “Não fazer o mal” ao criar o Google.cn exatamente nos termos exigidos pelo governo chinês: o Google simplesmente optou pelo mais lucrativo de dois males, permitindo passivamente a censura em vez de exercê-la de fato. (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 133 – 135).

4.3 Sobre a Investigação

A partir desse momento a pesquisa se encaminha ao campo analítico, donde a discussão incorpora toda a necessidade do ser humano de entender o que se passa ao ser redor, para assim, produzir o que os alemães chamam de *Weltanschauung* – concepção de mundo. Tal travessia supõe o conhecimento de algumas chaves, importantíssimas no exercício de estabelecermos as balizas da subjetividade contemporânea.

O movimento pretendido será comparável a essas *matrioshkas* russas¹, uma vez que os escritos de Deleuze e Guattari vão se desdobrando, suscitando novas leituras, novos textos, apontando outros caminhos e conceitos. Suas escrituras, sua obra no geral, como disse Baremblytt, em certo sentido possuem uma vocação religiosa em sua definição primeira – “*re-ligare*, de unir novamente os homens que são capazes de gerar produtos novos e dignos”. (BAREMBLYTT, 1998, p. 14).

1 – *Matrioshka* é um brinquedo tradicional da Rússia, constituída por uma série de bonecas, feitas de diversos materiais, que são colocadas umas dentro das outras, da maior até a menor.

Por se tratar de uma leitura de mundo, uma episteme, a esquizoanálise nos permitirá traçar uma cartografia da subjetividade, a partir das chaves conceituais da Multiplicidade e do Fora, no âmbito da exploração e dominação do cenário atual da sociedade. Partiremos do pressuposto de que a realidade é, em última análise, a imanência do desejo e da produção – “a realidade como fonte inesgotável de criação” - nas palavras de Baremlitt. (BAREMBLITT, 1998, p.16)

4.4 Pragmática *sui generis*

É pertinente, a partir de agora, legitimar a escolha da metodologia de análise utilizada nesta pesquisa. No entanto, ecoando uma ansiedade de Baremlitt (1998), seria possível resumir os aportes que definem a obra de Deleuze e Guattari, de uma maneira suportável, aos não iniciados na leitura dos dois autores?

A incursão pela esquizoanálise, ainda que pareça um caminho insólito, não só se faz adequada quanto profícua, uma vez que tal pragmática fala de maneira particular à investigação do objeto a que se propõe o presente trabalho. Se levarmos em conta que o Google é uma empresa *sui generis*, estaremos em melhores condições para compreender e interpretar o cenário através do olhar audacioso e experimental da esquizoanálise.

Assim, podemos ancorar a investigação em uma pragmática dita universal que se propõe a criar novos pensares - “a tese da esquizoanálise é simples: o desejo é máquina, síntese de máquinas, agenciamente maquínico – máquinas desejantes”. (DELEUZE;GUATTARI, 1976, p.390). Os autores definiam as máquinas desejantes como a parte não-edipiana do inconsciente, ou seja, onde se processa o desejo. Essas produções são da ordem molecular, indiferente aos indivíduos e às estruturas. Os autores entendem o Complexo de Édipo como um movimento secundário de repressão e nunca o movimento determinante de uma produção desejante.

Proceder uma esquizoanálise do Google é um grande desafio, tendo em vista o embaraço de sintetizá-la como “episteme”. A esquizoanálise está

presente em uma parte considerável das publicações dos autores, nas quais é possível identificar, naturalmente, transformações no arcabouço conceitual e no estilo dos textos. Dessa maneira, a questão do estilo dos textos pode ser entendida sob o paradigma rizomático, dado que os mesmos podem conectar-se a outras máquinas (sociais, biológicas, técnicas, entre outras) e assim maquinar em diversas direções, criando novos devires e realidades.

O certo é que tentar sintetizar o conceito e usá-lo como uma metodologia só será possível à medida que se descortine uma cartografia, um mapa-relato da subjetividade dos usuários do Google, aplicável somente a essa viagem, e ainda assim experimental.

Por se tratar de uma metodologia deveras laboriosa, é de escolha consciente realizar, a partir deste ponto, a digressão anteriormente anunciada, das *matrioshkas* russas. Não apresentaremos uma introdução à esquizoanálise por julgar o gesto contraproducente, ao contrário, começaremos a descortinar a pragmática à medida que a mesma for se desdobrando em outras unidades e devires, assim como acontece com o brinquedo.

Em resumo, dada a extrema dificuldade de se contingenciar o Google, devido a magnitude de sua atuação nos mercados, por certo é imprescindível que o objeto solicite uma metodologia de análise igualmente ímpar. Uma das contribuições almejadas por essa pesquisa, sem nos esquecermos do risco que se assume em tal travessia, é exatamente driblar com êxito os obstáculos que se impõe através do rigor do discurso acadêmico e, de certa maneira, questionar os processos metodológicos a partir da esquizoanálise.

4.5 Somos Todos *Bricoleurs*

Para Deleuze e Guattari (1976), a esquizoanálise trata-se de um modo de perscrutar, a contento, um recorte específico. A investigação compreende, a partir de uma intenção esquadrinhadora, em um processo de produção de conhecimentos e da decorrente aplicação dos mesmos para operar transformações no cenário específico, podendo também se estender a outras realidades.

A esquizoanálise não pressupõe um método específico, ao contrário, é assistemática. Dado que a mesma prescinde de qualquer rigor, pode ser utilizada não apenas por especialistas, mas por quem a considerar relevante à inserção social ou à causa de interesse. Em alguma medida, os autores sugerem, contudo, um modo de se proceder a esquizoanálise:

Deleuze e Guattari sustentam que o único “método” é do *bricoleur*, ou seja, o do selvagem que solitariamente limpa o solo em uma clareira da selva e se põe a juntar galhos, penas, pedras, e acaba construindo um “quadro” que pode ou não ser apreciado por um “degustador” ou espectador, e cujo grau de beleza depende do índice em que seus componentes “não tem nada que ver entre si”. (BAREMBLITT, 1998, p. 60)

A esquizoanálise se define, assim, como um método multidisciplinar, que transita por vários domínios do saber. O método dialoga com vários saberes já instituídos para performar novos pensares e novos devires. A bricolagem (palavra de origem francesa- *bricolage*) definia uma postura autônoma nos anos 50, similar ao “*do it yourself*” americano. O sentido empregado por Deleuze e Guattari é exatamente esse, lançar mão de elementos e ferramentas de diversos domínios do saber para, enfim, produzir um saber inédito. Sabendo que Deleuze foi um dos filósofos contemporâneos mais inventivos e prolíficos e Guattari, por sua vez, um brilhante psicanalista experimental, é certo que a pragmática inventada pela dupla um traria um tom iconoclasta e questionador.

Conforme vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, por adotar os contornos do capitalismo cognitivo e preconizar a nova topologia do trabalho, podemos entender o Google não só como um grande buscador de informações na web, mas como uma máquina subjetivante que cresce de forma exponencial. Um produtor de produtores, que através da atuação biopolítica (ou cafetinagem, no sentido usado por Suely Rolnik), lucra bilhões por ano, influencia toda a cultura global e pode ser considerada a maior corporação de mídia da atualidade.

Deleuze e Guattari (1976) acreditam que as hierarquias, tão comuns na sociedade e antes, no mundo, não passam de resultado de uma noção inerente ao ser humano de entender o universo como autoritário, como se houvesse a necessidade de sempre existir uma instância que detivesse maior poder que as demais.

O certo é que, ainda que possa resultar em benefícios, o saber científico está cada dia mais subordinado ao mercado de consumo. A preocupação com descobertas acerca da constituição ou ontologia do ser é praticamente esquecida, tampouco suscita pesquisas e análises científicas em quantidade equivalente às pesquisas financiadas pelos grandes grupos econômicos. As hierarquias e o monopólio alcançam assim o saber, que desde sua origem já se vê amarrado aos interesses das grandes corporações. Assim, a esquizoanálise tem como proposta operar uma clivagem experimental no saber instituído.

4.6 Sobre Superfícies e Máquinas

A Esquizoanálise não incide em elementos nem em conjuntos, nem em sujeitos, relacionamentos e estruturas. Ela só incide em lineamentos, que atravessam tanto os grupos quanto os indivíduos. Análise do desejo, a Esquizoanálise é imediatamente prática, imediatamente política, quer se trate de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade. Pois, antes do ser, há a política. (DELEUZE; GUATTARI.1996, p. 77-78).

As reflexões até agora desenvolvidas, acerca da esquizoanálise, nos impelem rumo a dois conceitos imprescindíveis para o entendimento da cartografia que pretendemos empreender – os conceitos de Superfícies e Máquinas. Mais uma vez a alusão às *matrioshkas* russas é necessária. As Máquinas e Superfícies se desdobram em diversos elementos, que no conjunto geral, promovem a produção da realidade.

A Realidade, como é entendida por Deleuze e Guattari, se apresenta enquanto “todos” os devires (processos) que a constituem. É pertinente enfatizar que os autores utilizam a palavra todos entre aspas, pois, a rigor, não seria possível que tal palavra definisse um conjunto finito, pré-estabelecido. São vários “todos”, que vão se conectando uns aos outros sem, no entanto, se formar uma entidade única. Tal conceito foi extraído, principalmente, da Teoria Geral da Relatividade.

Sem nenhuma dúvida, o principal propósito de *O Anti-Édipo*, livro base do presente estudo, é erigir uma crítica à teoria psicanalítica, seja ela freudiana ou lacaniana, combatendo a ideia do complexo de Édipo como é entendido e difundido pela psicanálise. Ao contrário do que postula a psicanálise sobre a castração, uma operação de constituição do psiquismo, a castração anunciada pelos autores é resultado de uma repressão capitalista do desejo. Dessa forma, a subjetividade é produzida ao final dos processos pelas Máquinas Desejantes.

Deleuze e Guattari, ao longo de sua obra, postularam que os domínios do saber e da realidade estão organizados em três Superfícies, em tempo: Superfície de Produção, Superfície de Registro-Controle e Superfície de Consumo. As três superfícies seriam, assim, responsáveis pela síntese do inconsciente e pela produção da subjetividade. Deleuze e Guattari (1976) puderam assim, a partir do suposto conceito, tecer uma crítica aos postulados psicanalíticos.

De sínteses representativas do sensível para um sujeito do conhecimento, da consciência, tornam-se sínteses inconscientes, modos de processamento de toda experiência possível. Não mais a operação de um sujeito do conhecimento que domestica o sensível ao representá-lo, mas o próprio processo da produção universal primária, que imediatamente descentraliza o sujeito, em que ele é imediatamente um efeito de uma produção universal que o ultrapassa. O sujeito é produzido como uma peça adjacente a máquina. (LAUREANO, 2011. p.38).

A Superfície de Produção é o sustentáculo gerador de tudo que existe, abriga intensidades puras que ainda não são, ou seja, a superfície é constituída por devires, que estão em constante transformação. Esses devires são singularidades formadas por Desejo e Produção, no sentido usado por Freud e Marx, respectivamente.

O Desejo, tal como é entendido por Freud, pertence à ordem simbólica, sendo assim, não se relaciona com a necessidade, que pertence ao campo biológico, e sim com o impulso que nos move rumo à infindável busca pela satisfação. É da ordem do desejo realizar a eterna nostalgia do “objeto perdido” que habita no inconsciente. Dessa forma, ainda que a necessidade seja atendida não traz felicidade ao sujeito, uma vez que “o desejo, jamais é

satisfeito”. (GARCIA-ROZA, p.144). Somos seres do simbólico guiados, não por instinto como os animais, mas por uma ordem desejante.

Já a Produção, conceito elaborado por Marx (em 1867, ed.1982), é o processo gerador de um produto a partir de uma força de trabalho empregada sobre a matéria prima. Assim o desejo aliado ao marxismo constitui a atividade de produção da existência. Deleuze e Guattari (1976), adicionam ao processo a afirmação de que a Produção é autopoietica, “seus elementos se produzem ao mesmo tempo que funcionam, [...] pelo encontro casual de intensidades”. (BAREMBLITT, 1998, p.52).

A superfície de Produção é formada por duas entidades, que os autores chamaram de Corpo sem Orgãos (CsO) e as Máquinas Desejantes (MD). O Corpo sem Orgãos pode ser entendido como uma rede que abriga todas as intensidades (devires), que se conectam binariamente em todas as direções. Por sua vez, as Máquinas Desejantes são divididas em dois tipos, Máquina Fonte e Máquina Orgão, máquinas (binárias) que emitem e cortam, respectivamente, um fluxo energético:

Fluxo e corte, formam, no Anti-Édipo, um único e mesmo conceito, tão difícil quanto essencial. Não remetem a um dualismo ontológico ou a uma diferença de natureza: o fluxo não apenas é interceptado por uma máquina que o corta, sendo ele próprio emitido por uma máquina. Não há, portanto, senão um termo ontológico, “máquina”, e eis porque toda máquina é “máquina de máquinas” (ZOURABICHVILI, 2004, p.16).

Esse movimento é o que ordena o processo de produção de tudo que existe. É pertinente enfatizar, nesse momento, a necessidade de se desapegar do senso comum ao pensar em tais máquinas, seu funcionamento e tempo cronológico são próprios e nada tem a ver com qualquer outra máquina de nossa cultura.

Uma maneira mais simples de captar o que Deleuze e Guattari (1976) propõem, consiste em pensar nas Máquinas Desejantes como entidades moleculares que fazem parte de entidades maiores, chamadas molares. As entidades molares podem ser exemplificadas, independente de sua materialidade, como um homem, uma sociedade, um país, uma instituição, entre outros.

Por sua vez, a Superfície de Registro-Controle, trata-se de um arranjo posterior a produção, tal ordenação é desempenhada pelas entidades molares. É nessa superfície que ocorre a repressão social do desejo, dado que a mesma tem por atribuição “selecionar, aceitar e capturar, ou bem reprimir e destruir a incoercível geração de novidades” (BAREMBLITT, 1998, p. 53).

Como o próprio nome sugere, essa superfície opera o registro da produção das conexões heterogêneas. Ao longo do processo de vigília e registro, a produção incorpora tudo aquilo que não oferece perigo a ordem vigente. Essa superfície poderia ser delineada assim: as novidades surgidas da Superfície de Produção são imediatamente alocadas na reprodução e manutenção da sociedade e do *status quo* previamente instituídos – o chamado *Socius*.

E por fim temos a Superfície de Consumo, superfície que abarca tanto a parte da produção que foi aprovada e incorporada pela Superfície de Registro-Controle, como a parte inédita e dissidente que ludibria o controle e se apresenta como novidade, revolução, resistência.

É pertinente assinalar que a Superfície de Consumo não deve ser entendida como a superfície final, que gera um produto final específico. A síntese produzida por tal superfície é o que produz o consumo de um estado subjetivo, ainda que o mesmo não seja esperado e previsível. Essa produção servirá inclusive para arremeter novas sínteses, seleções e registros.

A tarefa da esquizoanálise seria, em última leitura, entender e denunciar a dinâmica do *Socius* definido pela Superfície de Registro-Controle e suas entidades molares e, a partir desse conhecimento, promover a desterritorialização desse saber instituído e fomentar agenciamentos que reivindicem novos modos de viver, novos critérios, novas posturas, etc.

Toda e qualquer montagem que se invente para realizar a esquizoanálise de toda e qualquer singularidade desejante produtiva, que se denomina agenciamento ou dispositivo, é aceitável. Todo dispositivo desse tipo terá de ter um componente pelo qual se constitui em uma “Máquina de Guerra”, ou seja, em um agenciamento que tem por objetivo defender-se dos ataques da Superfície de Registro e/ou destruir os equipamentos com os quais a maquinaria repressiva tende a reprimir ou capturar as singularidades produtivo-desejantes. (BAREMBLITT, 1998. p. 54,55)

Assim, algo é presumível: dentro da problemática que envolve as superfícies e máquinas, enquanto operadoras das sínteses do inconsciente e da produção de subjetividade, o sujeito é, a contento, o resultado de uma produção universal primária executada pela repressão do desejo capitalista.

A lógica da servidão, denunciada por Deleuze e Guattari, é naturalizada como norma, o Édipo, a castração, já é imanente à subjetividade produzida pelo regime capitalista e não a sua causa. Finalmente, a identidade subjetiva produzida ao final das sínteses é uma ilusão, pura obediência subjetiva mascarada de transcendência.

Embora seja possível, segundo Deleuze e Guattari (1976), uma desterritorialização da produção social, uma oposição ao pressuposto ontológico da lógica capitalista, a questão inevitável é – “como o desejo pode desejar sua própria repressão?”. (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p.143).

4.7 A Descodificação é a Norma

[...] o capitalismo e seu corte não se definem apenas pelos fluxos descodificados, mas pela descodificação generalizada dos fluxos, [...] e pela conjunção dos fluxos desterritorializados. Foi a singularidade desta conjunção que fez a universalidade do capitalismo (DELEUZE; GUATTARI, 1976. p.298).

Destaquemos, a partir de agora, um traço das máquinas sociais ao longo dos séculos. Deleuze e Guattari (1976) consideram como função de tais máquinas, formatar os fluxos de desejo e estabelecer uma antiprodução, de maneira a garantir um sistema totalizante do desejo. Porém, a máquina social do capitalismo é “ao contrário das outras máquinas sociais precedentes, [...] incapaz de fornecer um código que abranja o conjunto do campo social”. (DLEUZE; GUATTARI, 1976. p. 51).

A máquina social do capitalismo não reprime fluxos que fogem as normas estabelecidas, ao contrário, em comparação válida, as desterritorializações são tão importantes ao sistema capitalista quanto o combustível que move as engrenagens de um motor. Visto sob uma

perspectiva totalmente econômica, não importa o conteúdo do que é produzido, e sim como pode ser alocado na expansão infinita do capitalismo.

O *Socius* capitalista tem como pressuposto uma relação econômica, dado que o mesmo prescinde de códigos e representações e ainda, qualquer norma ética ou moral, desde que a produção gere lucros e atenda as exigências da expansão do mercado.

Deleuze e Guattari (1976) sustentam que a produção do *Socius* capitalista, de certa forma, ganha contornos similares ao pensamento esquizofrênico, não no sentido nosológico, mas como peculiaridade de um processo de produção desordenado, caótico. Dessa forma o “corpo sem órgãos da produção universal primária produz subjetividades descentradas, nômades, que resultam dos estados intensivos pelos quais passam”. (LAUREANO, 2011, p. 54). Já a Superfície de Registro ostenta particularidades similares às Neuroses, Perversões e à Psicose Paranóica. Abstraindo suas entidades clínicas, o funcionamento se assemelha a tais doenças por conservar posturas centralizadoras, repressivas e antiprodutivas.

De acordo com esse caminho, que poderia ser chamado de caminho esquizo, é possível verificar que o capitalismo cognitivo é capaz de justapor a produção desejante e a produção social. A propósito de uma condição determinante, devemos nos lembrar que o movimento de desterritorialização é, a rigor, seguido de um segundo – o de reterritorialização. Assim, como resultado de um movimento de captura da *mais-valia*, da produção vigorosamente esquizofrênica, a reterritorialização perfaz a apropriação das novidades por uma subjetividade privada.

Dessa maneira, Deleuze e Guattari fragmentam o *Socius* capitalista em duas posturas, coexistentes em sua produção desejante, a saber, “o esquizo-revolucionário e o fascista paranóide.” (LAUREANO, 2011, p. 56). A produção esquizo abarca uma potência da ordem do diferencial e da inovação, e por sua vez, o pólo reacionário promove a apropriação e privatização do novo absoluto e da diferença que se repete construindo, assim, a Realidade.

4.8 O Ser é o Devir – A Esquizoanálise

A rigor, esse Devir, como geração contínua do Novo Absoluto e da Pura Diferença, acontece incessantemente no que eles chamam de Superfície de Produção, e se manifesta em todos os campos da Realidade com características caóticas. Não obstante, devemos recordar que para Deleuze e Guattari, esse Caos produtivo é imanente a um Caos ordenado, que é produto da atividade produtiva, ou de outra maneira, que a Produção também produz a Reprodução (aquilo que se repete como O Mesmo), assim como a Antiprodução (aquilo que destrói o produzido ou impede ou seleciona a Produção). Consequentemente, a chamada Superfície de Registro detecta, localiza e identifica as produções da Superfície de Produção, reprime o que não conseguira incorporar, captura o que lhe é tolerável e destrói o que poderia exceder sua capacidade de manter-se segundo a ordem que ela domina. (BAREMBLITT, 1998. p. 88,89).

Poucos caminhos poderiam reputar-se mais fascinantes para a percepção de um pesquisador do que a esquizoanálise: trata-se de perscrutar o desconforto de sua existência, desmistificar os ensinamentos passados como verdades absolutas e descobrir o quão reveladoras podem ser as contradições e a falta de clareza, engendradas na constituição primária dos seres humanos.

A decisão por traçar uma cartografia dos usuários do Google se deu, em certa medida, como uma tentativa de captar a problemática geral da “edipianização” do sujeito contemporâneo. O arremate de tal análise em conhecimento científico poderá, inclusive, ser estendido a outros territórios e contextos, pois tratamos aqui de um saber axiomático, no sentido de ser tão evidente quanto aplicável a outras esferas.

Tal investida na proposta esquizoanalítica almeja, como já adiantamos, uma resistência aos padrões biopolíticos subjetivantes. De fato, ainda que a máquina da esquizoanálise não tenha manual de instrução e seja, dentre outros adjetivos, totalmente experimental, podemos conjecturar que sua operacionalização, por ventura, despertará em alguns a vontade de desestabilizar, a sua maneira, a hegemonia capitalista.

Guattari, questionado em uma de suas vindas ao Brasil acerca dos riscos inerentes a esquizoanálise, por se tratar de uma proposta deveras experimental - uma viagem - que poderia talvez desembocar em territórios improdutivos, respondeu com tamanha coerência e simplicidade:

Então, ao invés de viagem, eu falaria, de um modo mais prosaico, de processo. Não existe, a meu ver, nível indiferenciado da subjetividade. A subjetividade está sempre tomada em rizomas, em fluxos, em máquinas etc.; ela é sempre altamente diferenciada, sempre processual. Portanto, um empreendimento, digamos, esquizoanalítico, um agenciamento criador, produtor de sentido, produtor de atos, produtor de novas realidades, é algo que conjuga, associa, neutraliza, monta outros processos. Mas os efeitos não são necessariamente cumulativos. Processos podem se apoiar uns aos outros para chegar em territórios mortos. É infelizmente o que costuma acontecer muito, o que acontece freqüentemente, na economia conjugal, na economia doméstica. Duas pessoas estão envolvidas num processo amoroso e esse processo acaba desembocando num fechamento territorial, que neutraliza toda e qualquer possibilidade de riqueza (inclusive o desejo sexual), todas as aberturas. O mesmo pode acontecer com todos os outros modos de processo de expressão. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 332).

A partir de agora, elencaremos as principais chaves a serem analisadas, de modo a dar um panorama geral sobre o território da subjetividade capitalística e seus desdobramentos. Evocaremos os pontos mais relevantes à pesquisa, sob a luz de *O Anti-Édipo*, guardando a ressalva de possíveis desenvolvimentos de alguns conceitos em trabalhos posteriores de Deleuze e Guattari.

Tudo o que necessitamos, nessa travessia, é conhecer a fundo os conceitos postulados pelos autores e usar a arte interpretativa para traçar os contornos imperialistas da produção desejante. Devido a essa consideração, é da mais alta utilidade destacar as chaves conceituais empregadas nessa análise, a saber, a noção de Multiplicidade e as concepções sobre o Fora.

4.9 Para Além da Oposição do Um e do Múltiplo

A multiplicidade não deve designar uma combinação de múltiplo e de um, mas, ao contrário, uma organização própria do

múltiplo enquanto tal, que não tem necessidade alguma da unidade para formar um sistema." (DELEUZE, 1998, p. 236)

Evocaremos, a partir de agora, a leitura que Deleuze faz sobre a *Virtualidade Bergsoniana*, a fim de dar a tônica almejada pelo presente trabalho acerca de Realidade e o pressuposto ontológico da subjetividade capitalista.

Em seu livro *Diferença e Repetição* (1998), Deleuze compõe uma interpretação da filosofia de Henri Bergson abordando, entre os temas mais relevantes, a questão das virtualidades enquanto parte mais importante da Realidade. Deleuze (1998) evidencia que para Bergson, as multiplicidades são singularidades puras, devires totalmente inéditos, ou seja, unidades absolutamente diferentes entre si que carregam infinitas possibilidades que só serão a medida que se processem as conexões.

Ainda segundo Deleuze (1998), a realidade *bergsoniana* é composta pelo real (aquilo que já existe), o possível (elementos que podem vir a existir, previsíveis) e o virtual. Este último, não é do campo do real, do possível ou impossível – o virtual é a parte mais importante da realidade justamente pela peculiaridade de não poder ser prognosticado. Trata-se de um acontecimento que só é reconhecido como tal quando se atualiza em novidade absoluta, inédita.

A virtualidade em Bergson é composta pelas multiplicidades processadas na Superfície de Produção. Enquanto inovadoras da realidade, as multiplicidades não respeitam nenhum código predefinido, território ou limite – são novidades singulares e imprevisíveis. Devemos entender os processos de singularização, comentados anteriormente, como meios de solapar eventuais tentativas de universalização da subjetividade capitalística.

A noção de multiplicidade para Deleuze se relaciona diretamente ao raciocínio da nova lógica do capitalismo, onde as diferenças são alocadas pela ordem molar. Tais conexões acontecem no plano molecular, no qual surgem as linhas de fuga, e permitem traçar novas cartografias da subjetividade.

Em todo caso, não devemos confundir singularização com individualização. Os autores consideram existir uma grande diferença entre os dois conceitos – indivíduo, para eles, é precisamente aquele “fabricado,

modelizado e serializado” dentro de uma ordem vigente. (GUATTARI; ROLNIK, 1996. p. 33). Uma vez entendidos tais conceitos propedêuticos, podemos passar ao próximo item que se dedica a analisar como se dá o processo de produção da subjetividade capitalista, e por comparação, a subjetividade dos usuários Google.

4.10 Não Há Interior e Exterior no Mundo

Era o que dizia Nietzsche (2010) em seu livro *Humano, demasiado humano* – pontuando a dificuldade de, ainda no século XIX, estabelecer as balizas entre essência e aparência do mundo. Tal ideia não encontrou freios e ecoa em estudos formulados por pensadores como Deleuze, Guattari, Blanchot e Foucault.

Em *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari (1976) evidenciam três *socius* que perfazem, historicamente, a evolução da produção de subjetividade, são eles: Selvagem, Bárbaro e Civilizado. Examinando, *en passant*, os três *socius* estaremos em melhores condições de entender o funcionamento da repressão dos fluxos desejantes empreendida em tais períodos e o esfacelamento do Fora.

No *socius* Selvagem, a sociedade é hermética e indivisível. Ou seja, qualquer noção de autonomia do indivíduo é veementemente reprimida em detrimento de uma unidade coletiva. A codificação de normas e valores é rígida e horizontal, não existe qualquer tipo de hierarquia, trata-se de uma instância de reprodução da ordem vigente.

Já o *socius* Bárbaro, está ancorado na verticalidade, na noção de hierarquia piramidal. Deleuze e Guattari (1976) falam de Impérios e Estados, um déspota que transcende o corpo social, antes selvagem, operando mudanças na produção subjetiva. São instituídas classes e linhagens, tal regime despótico-Estatal imprime a codificação à sociedade e subjuga de forma absoluta o desejo ao desejo do Estado: uma antiprodução que impede qualquer manifestação contrária, sob risco de morte.

Um passo adiante e chegamos ao *socius* Civilizado. Descortina-se uma experiência totalmente inédita, o capital, entidade suprema, aprende a lograr a partir da descodificação e da desterritorialização do desejo. Se antes, nos *socius* Selvagem e Bárbaro, a novidade absoluta era sufocada, agora é encorajada e absorvida.

Como já foi pontuado anteriormente, não há uma preocupação com o conteúdo produzido e sim, com o que se pode lucrar com ele. A busca pelo lucro não tem limites, o valor gerado deve ser novamente investido para gerar mais lucro, *ad infinitum*. Desse modo, ao contrário dos outros, o *socius* Civilizado não deve ser de regime fechado, a acumulação privada e os lucros deslocam cada vez mais os limites da produção.

A máquina absorve tudo, de modo que não existe mais uma instância transcendente, todo desejo é imanência da máquina capitalista. As máquinas fascista-paranóides conseguem alcançar tudo, sonhos, desejos, afetos, personalidades, opiniões e relações pessoais, já que o que separava tais máquinas da vida social ou familiar não existe mais, não existe mais fora.

Michel Hardt, pontua que “a dialética moderna do fora e do dentro foi substituída por um jogo de graus e intensidades, de hibridismo, e artificialidade” (idem, 2000, p. 359). É certo que não há um fora para o mercado capitalista, o mundo inteiro é seu domínio e área de atuação, em tempo: o Google, enquanto uma entidade Molar, opera no espaço liso e desterritorializante em um eterno processo de engendramento da subjetividade.

Pensando em termos de público e privado, o Google não possui um território definido: não existe um muro real ou imaginário que seja capaz de delimitar o campo de atuação da empresa. Por meio de um imperialismo infraestrutural e ideológico, o Google influencia os modos de usar a internet e também hábitos de pensamento em configurações predefinidas, através de uma espécie de universalização da vigilância.

Trata-se, efetivamente, de uma entidade fascista-paranóide que opera na Superfície de Registro-Controle, e tem suas regras específicas de subjetivação – o indivíduo é submetido a ação quando usa o Google e, a partir desse processo, produz sua própria subjetividade. Sob a falácia de ser um lugar discreto, no qual o usuário está protegido para expressar toda a sua

individualidade, para que os produtos e resultados sejam entregues sob medida, o Google faz uma varredura de informações pessoais de seus usuários e absorve o que considera vantajoso aos seus negócios.

Naturalmente, interessa ao Google que cada vez mais pessoas usem seus serviços, principalmente os dissidentes, pessoas potencialmente subversivas que produzam subjetividades absolutamente novas. A ideia é que essas pessoas saiam da escuridão e contribuam também, com suas ideias inéditas, para manter a expansão infinita do sistema.

O esfacelamento do Fora, é ainda mais disseminado via internet. Hoje, o campo social se constitui também na esfera virtual, quiçá a esfera mais importante, de modo que já não é mais possível fazer *log off*. Ora, seguindo os moldes do capitalismo, quanto mais fragmentada for a empresa melhor ela opera na internet. O Google, empreende um processo fluido de engendramento, alcança as pessoas onde quer que elas estejam, no trabalho, em casa, no lazer, em família.

Evidentemente, se há um imperialismo operando atualmente só pode ser o infraestrutural, de modo que, ele diz respeito aos canais de informação, protocolos da cultura, aos formatos de sua distribuição e às políticas de acesso e uso. Não devemos acreditar que se trata de um conteúdo neutro, porém a maior relevância encontra-se, de fato, nos meios pelos quais se dá o seu consumo.

Na Superfície de Registro-Controle e, conseqüentemente, na de Consumo, os usuários Google não são clientes, bem antes, são seus produtos. Através do imperativo tecnocrático, ideologia recebida com entusiasmo por muitos, o Google dispõe de condições favoráveis a executar ações alienantes, pois em uma era na qual o *log off* não é só inaceitável como quase impossível, enquanto poucos discordam bilhões são partidários.

Porém, é preciso pensar para além do Panóptico de Jeremy Bentham. O dispositivo de controle é muito mais sutil que as câmeras repressoras dos circuitos fechados, as pessoas acostumaram-se a ser vigiadas e parecem não se importar mais com isso. A vigilância existe, porém não inibe mais, e é exatamente assim que as máquinas subjetivantes esperam que seja – somos monitorados, só não sabemos por quem. É interessante à máquina capitalista

que os indivíduos sejam extrovertidos, que ajam naturalmente e corroborem com o imperativo do “seja você mesmo”, pois é assim que abrem caminho para a exploração substancial de suas singularidades.

Dessa forma, são criados novos nichos de mercado baseados nos fluxos de atenção, hábitos de navegação e consumo. As entidades molares entenderam que as singularidades são o receptáculo que guarda nossos desejos mais relevantes, pois configuram o esforço dos indivíduos de se diferenciar da grande massa. As singularidades, assim, fornecem subsídios imprescindíveis para campanhas e estratégias de marketing mais eficientes.

O poder do Capitalismo e, por comparação do Google, é irrefreável pelo fato de “sua axiomática nunca se saturar, sendo sempre capaz de acrescentar mais um axioma aos axiomas precedentes. O capitalismo define um campo de imanência e preenche-o constantemente”. (DELEUZE;GUATTARI,1976, p. 261). O lucro é resultado de embates, intensos processos de troca, contatos e conexões, ainda que os elementos sejam de natureza totalmente heterogênea.

Em suma, o Google como expoente da sociedade mundial de controle, está em todos os lugares todo o tempo – engendrando e corrompendo (no sentido aristotélico de esfacelar – *com-rumpere*) as subjetividades, absorvendo modos de ser e pensar de seus usuários, vendendo informações e espaço publicitário, expandindo e lucrando cada vez mais.

Assim, no esforço de estabelecer uma dependência inconsciente de seus usuários com a própria produção, o Google investe em interfaces e serviços de caráter infantilizante. Quanto mais dependente e desacreditado de sua autonomia (a impossibilidade de viver sem o Google) for o usuário, mais fácil se torna ao sistema escamotear ou bloquear qualquer ameaça de fugas criativas e resistência ao sistema vigente.

4.11 O Lado de Dentro do Fora

Em ressonância às ideias de Maurice Blanchot, desenvolvidas e abarcadas, *a priori*, na literatura, podemos aclimatar a discussão sobre a questão da subjetividade, desvelando uma possível existência de um lado de

dentro do fora. A noção de Fora, para Blanchot (1987), inaugurava uma nova perspectiva estética que se desdobrava sobre inquietações da época. Deleuze e Foucault, por sua vez, desenvolveram releituras sobre a noção de Fora, ao longo de suas obras.

A concepção que interessa ao presente trabalho encontra-se no livro intitulado – *Foucault*, no qual Deleuze (1991) estratifica a obra do autor em três pilares fundamentais: Saber, Poder e Subjetivação. O Saber é composto por enunciados e visibilidades, palavras e coisas, em estratos históricos. Os estratos sociais são sedimentados sobre o que se pode ver ou contar de cada formação histórica. Vale lembrar que os modos de dizer, no sentido de guiar o que se vê sobre cada época, é o que constitui os limites do saber. Ou seja, o saber deve ser entendido, então, como as balizas que contêm o que pode ser visto ou dito de cada período histórico específico.

Passando ao próximo pilar, Deleuze (1991) afirma que a partir de *Vigiar e Punir*, Foucault se dedica ao estudo do Poder e das relações de força. Ao contrário do Saber, o Poder não é um arranjo visível ou dizível, pendendo muito mais para uma natureza informe. O Poder perpassa as formas do Saber, criando uma complexa relação entre diagramas (relações de forças) e arquivos (palavras e coisas), e ao final dá origem a duas formas – virtuais (relações de forças móveis) e atuais (combinação variada de enunciados e visibilidades). Para Deleuze (1991) há, porém, um terceiro elemento no complexo Poder-Saber. As relações de forças, apesar de se apresentarem em eterno devir, em certa medida transitam apenas dentro do escopo instituído pelo diagrama do Poder-Saber. O elemento marginal seria justamente uma linha do Fora, um campo capaz de abrigar as singularidades e fomentar a resistência.

O ponto de interseção entre o pensamento dos três autores franceses emerge quando pensamos na literatura, que nada mais é que um espaço real que, antes de ser atual, é virtual. Essa seria a melhor definição para o Fora: um espaço virtual que abriga as singularidades e que, eventualmente, atualiza os devires em Realidade. Ainda segundo Deleuze, “um campo social mais resiste do que cria estratégias, e o pensamento do lado de Fora é um pensamento de resistência” (DELEUZE, 1991, p. 96).

Deleuze (1991) considera das tarefas mais difíceis, viver na linha do Fora. Eis aqui um modo de vida que solicita profundo vitalismo daquele que pretende experimentá-lo, viver além do poder e do saber. Não seria esse o conceito que encerra a toda a motivação da vida, que seria a de resistir? Deleuze (1998) afirma, em seu livro *Conversações*, que a linha do Fora é deveras perigosa, chegando a ser mortal:

É difícil falar disso. Não é uma linha abstrata, embora ela não forme nenhum contorno. Não está no pensamento mais do que nas coisas, mas está em toda parte onde o pensamento enfrenta algo como a loucura e a vida, algo como a morte. Miller dizia que ela se encontra em qualquer molécula, nas fibras nervosas, nos fios da teia de aranha. Pode ser a terrível linha baleeira da qual nos fala Melville em *Moby Dick*, que é capaz de nos levar ou nos estrangular quando ela se desenrola. Pode ser a linha de um pintor, como as de Kandinsky, ou aquela que mata Van Gogh. Creio que cavalgamos tais linhas cada vez que pensamos com suficiente vertigem ou que vivemos com bastante força. Essas são as linhas que estão para além do saber (como elas seriam “conhecidas?”), e são nossas relações com essas linhas que estão para além das relações de poder (como diz Nietzsche, quem gostaria de chamar isso de “querer dominar?”). Você diz que elas já aparecem em toda a obra de Foucault? É verdade, é a linha do Fora. (DELEUZE, 1998, p. 136-137).

Essa é a problemática da Subjetivação, enfrentar as agruras e desafios de uma vida edificada na dobra da linha do Fora. O processo de subjetivação diz respeito à operacionalização das curvas de forças que constituem a subjetividade em determinado período histórico. Ou seja, refere-se às maneiras como se desenrolam os processos de produção da relação do sujeito capitalista consigo mesmo e com o resto do mundo.

Nessa linha de argumentação, é pertinente destacar que as subjetividades estão em constante processo de produção, a partir das múltiplas inflexões ocorridas na linha do Fora. Outro ponto a ser destacado diz respeito às especificidades, cada dobra na linha do Fora está diretamente ligada ao campo social e as forças presentes nesse território.

Após tais elucubrações, só podemos acreditar que o Dentro de cada Fora é algo coextensivo ao Poder e ao Saber que perpassam e perfazem suas malhas sociais. Assim, podemos identificar e compreender o caráter ímpar de diferentes processos de subjetivação em determinados períodos históricos. As dobras da linha do Fora criam um Dentro que se atualiza em modos de subjetivação específicos.

Assim, Deleuze (1991) postula que há quatro dobras em qualquer processo subjetivante que culminam na produção da subjetividade específica a cada cenário social, a saber, a dobra material, a dobra singular, a dobra da verdade e a dobra da divisão exterior. Interessa-nos analisar as atualizações de tais dobras no que concerne à formação não só da subjetividade chamada capitalista, como da subjetividade dos usuários Google.

Voltemos, rapidamente, à transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. As malhas do poder nessa época determinavam um investimento desconcertante na tecnologia disciplinar, e ao mesmo tempo codificavam novas imposições nas relações de trabalho e produção. Esse cenário rígido e funcional foi o que favoreceu o empoderamento do capitalismo.

Após a transição à sociedade de controle surge uma ordenação das linhas de força totalmente inédita – um novo campo social com uma lógica muito mais flexível e sutil. Os avanços tecnológicos e da informática trouxeram, na esteira, a novidade da globalização e uma nova noção espaço-temporal: não existem mais fronteiras bem definidas e o tempo passa por um processo de aceleração.

A primeira dobra da subjetividade capitalista, a dobra material, diz respeito ao corpo. Se antes grande esforço era empreendido para disciplinar e domesticar os corpos, hoje o mecanismo é muito mais sutil. A mídia chamou para si a responsabilidade de criar padrões universais e imperativos como o culto ao corpo e a exposição pública, códigos largamente aceitos e praticados.

A dobra material dos corpos na atualidade reverbera também na internet. Contudo, na rede a lógica é outra – o corpo perde sua materialidade e se transforma em algoritmos e textos. Na Internet fica ainda mais fácil a captura dos corpos, à medida que os mesmos se atiram, espontaneamente, em diversos fluxos de consumo, tendências e ideologias.

Em última análise, os avatares (*personas* digitais) funcionam como o melhor dispositivo de visibilidade contemporâneo, pois na tentativa de nos diferenciarmos dos outros, descortinamos nossas singularidades mais puras. A colaboração espontânea dos usuários, aliada ao alcance global dão subsídios às grandes corporações telemáticas para criarem a maior e mais eficaz exploração cognitiva já vista – o biopoder ganha contornos de bio-imperialismo.

Com relação à segunda dobra – do singular – que abrange o que norteia a relação de cada um consigo mesmo, pode-se afirmar que o indivíduo que antes possuía uma identidade disciplinar, nos moldes da subjetividade capitalista vive a configuração da equivalência. A dobra da linha do singular implica na busca pela individualidade, conhecer a si mesmo vira um objetivo, ou antes, uma necessidade. Acredita-se na possibilidade de transcendência, quando na verdade a máquina desejante só é capaz de funcionar de modo imanente e desqualificado de expressões originais.

Entretanto, tal busca nada mais é do que uma armadilha implantada sutilmente pelo capitalismo. Trata-se de uma regra disciplinar camuflada. Pois é na exposição do eu, nas confissões dos desejos e afetos, na busca eterna pela singularização que o capitalismo vai buscar o que precisa para continuar em franco processo de expansão.

A terceira dobra, da verdade, é a curva necessária para legitimar o sistema e perpetuar sua operacionalização. Com o esfacelamento do poder mediador das instituições disciplinares, o sujeito capitalista é “edipinizado”, pois interioriza a culpa e a castração. A máquina capitalista produz subjetividades cunhadas na culpabilidade. A dívida antes cobrada pelo déspota tem agora como credor o próprio sujeito. A castração se dá quando o desejo impele o sujeito rumo a uma infundável busca pela satisfação que ele nunca conseguirá concretizar, e por isso carregará a culpa pelo fracasso.

As máquinas desejantes produzem, assim, uma subjetividade que busca incessantemente sua realização pessoal, por isso os sujeitos acreditam que o sucesso se alcança através da acumulação de mais-valia e capital. Estabelece-se, assim, um “regime de verdade” que legitima a solidez da subjetividade capitalista. Foucault (1975), em seu livro *Vigiar e Punir* definia o regime de verdade como “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se vinculam aos verdadeiros efeitos específicos do poder” (FOUCAULT, 1975, p. 26), e também nos adianta que “não há relação de poder sem constituição correlativa de um campo do saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1975, p. 32).

Diante de tal argumentação, podemos tentar entender como o Google, a partir da relação das forças que perpassam a Internet e, principalmente a mídia, atualiza o poder e o saber em uma “verdade” da empresa. Indo um pouco mais longe, é possível dizer “algumas verdades”. É evidente que nenhuma outra empresa conseguiu estabelecer uma ordenação das informações disponíveis na rede melhor que o Google. Só por esse motivo, a empresa já se distancia em muitos quilômetros das demais concorrentes e alcança uma posição privilegiada junto aos usuários da rede: a posição de buscador mais confiável.

É curioso observar como inclusive as pessoas que supostamente deveriam ser mais bem informadas, a partir de uma simples busca no Google se deixam enganar e acreditam piamente que as primeiras informações mostradas são as mais confiáveis e relevantes.

Ainda mais curioso e desconcertante é perceber que ao usarmos o Google, aparentemente, fazemos questão de esquecer que o modo como ele opera não só nos embrutece, quando nos acostuma a soluções rápidas, como causa danos irremediáveis a nossa percepção do mundo e de nós mesmos.

A fé no Google é perigosa não devido a qualquer coisa específica que o Google possa fazer. Ele é perigoso devido ao modo como permitimos que influencie nossas expectativas e informações sobre o mundo. O uso do Google em geral aumenta nossas expectativas sobre coisas profundas e superficiais. Entre as expectativas e a realidade encontram-se a felicidade e a ansiedade. Quando as expectativas sobre questões significativas – justiça, paz, saúde e conhecimento – ultrapassam a realidade com folga, a diferença pode nos motivar a fazer coisas maravilhosas, tanto coletiva quanto individualmente. Porém, quando essa tensão diante de coisas banais – a velocidade da transmissão de informações, o acesso a serviços e a aquisição de produtos mais recentes e tendências – é constante e ruidosa, ficamos reféns de decisões e ações que servem apenas para nos saciar, nunca para nos enriquecer. (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 95)

A quarta dobra, da divisão exterior, consiste na atualização da noção de “crise” das instituições, anunciada desde a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Se é que podemos dizer que há, de fato, um indivíduo moderno, devemos reputar sua invenção ao capitalismo. Trazendo na bagagem o cogito cartesiano, a invenção do campo científico e do modelo de racionalidade acabam por culminar na armadilha que anuncia o mito fundador

da subjetividade capitalista: “sou o mestre tanto de mim quanto do universo” (GUATTARI, 1989, p. 39).

As três dobras anteriores preparam, assim, o terreno para a última dobra da produção da subjetividade capitalista. Tal curvatura das forças do campo social realiza uma dupla captura, evidenciando a cisão entre o dentro e o fora, criando assim dois registros distintos, o social e o individual. Deleuze (1991) pontua, que a intenção dessa dobra, ressaltando a dicotomia “indivíduo – sociedade”, é opor os conceitos para justamente aproximá-los.

Esta é a segunda armadilha da subjetividade capitalista. Ora, o que diferencia os dois registros, à medida que se sabe que um não é o outro, apesar de ser uma explicação simplista é funcional. A mediação entre os dois registros, com a finalidade de estabelecer um conjunto de regras e condutas, é o que determina o real, pois qualquer formação social solicita um saber que legitime sua relevância.

Como já foi dito anteriormente, a produção da subjetividade capitalista é altamente esquizofrênica. A lógica capitalista cria códigos que caducam rapidamente ou excluem seus precedentes. À medida que se apropria da força de produção resultante da cisão entre dentro e fora, institui sumariamente a exclusão peremptória de toda expressão não aproveitável da exterioridade. Essa é a dupla captura, tudo passa pela triagem e registro do poder capitalista, o que Hardt (2000, p.365) chamou de “inclusão diferencial”.

É preciso enfatizar que as quatro dobras propostas por Deleuze (1991) compõem o processo de subjetivação, de maneira que não devem ser dissociadas. O processo só se completa com a execução das quatro etapas, sendo impossível eliminar alguma.

4.12 Estranhamentos e Presunções

É presumível pensar que já estamos em condições de concluir as discussões propostas pelo presente trabalho. Partindo do incômodo inicial acerca da autonomia dos usuários do Google, até que ponto eles seriam sujeitos em suas buscas, realizamos uma análise cuidadosa da empresa e

seus desdobramentos com o propósito de verificar se poderíamos enquadrar o Google como uma máquina subjetivante do capitalismo cognitivo.

Vimos ao longo da pesquisa que subjetividade e política se tangenciam em vários momentos de forma que, como postulam Deleuze e Guattari, antes do sujeito vem a política. A construção de uma subjetividade é sempre uma ação política, ou antes, como diriam os autores, uma proposta micropolítica, por envolver uma série de forças, agenciamentos e singularidades móveis.

A construção do *socius* capitalista tem como pressuposto ontológico uma relação econômica, pois procura atender as exigências da eterna expansão do mercado. Assim podemos afirmar que o sujeito nada mais é que o resultado de uma produção universal primária executada pela repressão capitalista do desejo.

Ou seja, sabendo que o desejo jamais é satisfeito, podemos afirmar que vivemos a falácia democrática e da liberdade de pensamento. O cidadão é livre sim, pra caminhar pelos corredores do labirinto de consumo e expressar sua livre escolha dos links que o Google elege como mais relevantes em resposta a uma pesquisa.

No entanto, é importante lembrar que Google é uma empresa *sui generis*, que opera uma máquina alienante de estratégias capitalista, tal alienação é empreendida por políticas infantilizantes e sutilmente opressoras. A subjetividade nunca é um produto final, ao contrário, é uma entidade que nunca deixa de circular e se modificar.

A maneira como os indivíduos vivenciam a subjetividade vai determinar como eles afetam sua produção e por ela são afetados. O resultado orbita entre dois hemisférios distintos, o indivíduo pode passivamente aceitar e viver de acordo com os moldes estabelecidos pela subjetividade ou, em um movimento de resistência, dobrar a linha do fora a partir de uma tentativa de singularização.

Assim, podemos concluir que apesar do rolo compressor da subjetividade capitalista ter por objetivo achatar as singularidades, ainda é possível resistir. Deleuze e Guattari (1976) apostam na máquina de guerra como forma de resistência, para os autores a guerra acontece no campo da cognição.

A esquizoanálise denuncia os imperialismos e tem por objetivo desestabilizar sua hegemonia. A análise do Google demonstrou que a identidade subjetiva produzida ao final das sínteses é uma ilusão, pura obediência subjetiva mascarada de transcendência. Os usuários do Google são interpassivos, vivem na falsa impressão de atividade, de participação. O Google tira dos sujeitos a obrigação de se posicionar, já que toda a informação está ao alcance de um clique.

Borges já nos adiantou através de seu conto *A Biblioteca de Babel*, em 1941, que a sabedoria não depende da quantidade de informações que se pode acumular. Apesar da subjetividade capitalista proclamar que o sucesso se alcança através da acumulação de mais-valia e capital, autores como Deleuze e Guattari apostam na via revolucionária como a verdadeira forma de se alcançar êxito na vida.

Entretanto, sabemos também que a máquina capitalista está à espreita a procura de nossas singularidades. O capital está em franco processo de expansão e acolhe qualquer expressão, inclusive as dissidentes, que puder alocar em suas engrenagens. A proposta dos autores, primeiramente consiste em denunciar a lógica castradora e culpabilizante da subjetividade capitalista, e em seguida mostrar que através de uma resistência radical, ancorada nas desterritorializações e na dobra da linha do Fora, é possível sim, tecer novos modos de posicionar frente ao sistema.

Proust disse que as obras primas são escritas num tipo de linguagem estrangeira, talvez por isso seja tão difícil a leitura do livro *O Anti-Édipo*. Deleuze e Guattari escolheram caminhos à margem, viver na linha do Fora, mesmo sabendo de seus riscos e conseqüências. Seus trabalhos nos convidam a fazer o mesmo, a arriscar, resistir. Foi essa a intenção do presente estudo, que acredita que o conhecimento científico nunca é neutro, ao contrário, em certos contextos pode gerar potências criativas e, inclusive, destrutivas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* – Chapecó/SC: Argos, 2009.

ALLIEZ, Éric. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira – São Paulo, ed. 34, 2000.

BAREMBLITT, Gregório. *Introdução à Esquizoanálise*. Belo Horizonte, Ed. Cultura Ltda, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERGSON, Henri. *O pensamento e o movente*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BLANCHOT, Maurice *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAGA, José Luiz. *Mediatização como processo interacional de referência*. In: *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática*. Org: Ana Sílvia Lopes Davi Médola; Denize Correa Araujo; Fernanda Bruno. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

BRUNO, Fernanda. *Tecnologias cognitivas e espaços do pensamento*. Compós, Rio de Janeiro, 2002.

BRUNO, Fernanda. *Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas*. Revista Fronteiras. Vol VIII, Nº 2, maio/agosto 2006.

CARR, Nicholas. *Is Google Making us Stupid?* 2008 (artigo disponível em <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2008/07/is-google-making-us-stupid/6868/>) Acesso em: 06 set. 2011.

CARROLL, Louis. *Aventuras de Alice*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Ed. Fontana/Summus, 1997.

CARVALHO, Bernardo. *Em defesa da obra*. Revista Piauí, São Paulo, n.62, p.53-55, nov 2011.

COCCO, Giuseppe; **GALVÃO**, Alexander Patez; **SILVA**, Geraldo (orgs). *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2003.

COUCHOT, Edmond. *A tecnologia na arte: da fotografia a realidade virtual*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34. 1992.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Trad. Luiz Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Trad. Luiz L. Orlandi. São Paulo, Ed. 34. 2001.

DELEUZE, Gilles; **FOUCAULT**, Michel. *Os intelectuais e o poder*. In: *Microfísica do poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*. In: *Microfísica do poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. V.1. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. – *Três novelas ou o que se passou? Em Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. v.3, Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. *O Ant i-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

____ . *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Col. Trans, 1993.

____ . *Mil Platôs*. São Paulo: 34,1999. v. 3.

____ . *Mil Platôs*. São Paulo: 34, 2000. V. 1.

____ . *Mil Platôs*. São Paulo: 34, 2002b. v.4.

____ . *Mil Platôs*. São Paulo: 34, 2002c. V.5.

DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan. O inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre, ed. Artmed, 2003.

DREYFUS, Hubert ; **RABINOW**, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes,1996.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*. In: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2008.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. - *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2004.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações do desejo*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas/SP, ed. Papyrus, 1990.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. *Da Produção de Subjetividade*. In: **PARENTE**, André (Org.) Imagem Máquina: A Era das Tecnologias do Virtual. São Paulo: Ed. 34, 1993.

GUATTARI, Félix; **ROLNIK**, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A Editora, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HARDT, Michael e **NEGRI**, Antonio. *Multidão – Guerra e democracia na era do Império*. São Paulo: Ed. Record, 2005.

JAMES, William. *Pragmatismo e Outros Ensaios*; trad. Joseph L. Blau. – Rio de Janeiro. Ed. Liguori, 1963.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

KARL, Marx. *Introdução (Para a crítica da economia política)*. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1982. (Originalmente publicado em 1867).

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 7 a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1988.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAUREANO, Pedro Sobrino. *Capitalismo e Produção de subjetividade no mundo contemporâneo*. Dissertação de mestrado, Ano de obtenção: 2011. Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Brasil.

LÉVY, P. *O ciberespaço e a economia da atenção*. In: A., **PARENTE** (org.). *Tramas da Rede*. Porto Alegre, Sulina. 2004.

LUZ, Rogério. *Novas Imagens: efeitos e modelos*. In: *Imagem Máquina – a era das tecnologias do virtual*. Org. André Parente. São Paulo: Ed. 34, 1993.

MATURANA, Humberto R. e **VARELA**, Francisco J. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Ed. Palas Athena, 2001.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Volume 1 – livro primeiro: o processo de produção do capital*. São Paulo, Ed. Difel, 1985.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2005. (Originalmente publicado em 1878).

ORDÓÑEZ, Solange Fernández. *O olhar de Borges*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2009.

PARENTE, André (org.) *Imagem Máquina – a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro, ed. 34, 2008.

PARENTE, André (org.) *Tramas da Rede – novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre, Ed. Sulina. 2010.

PAISANA, João. *História da filosofia e tradição filosófica: estudos sobre Dilthey, Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty*. Lisboa, Ed. Colibri, 1993.

PIERCE, Charles S. *Escritos Coligidos*; trad. Armando M. D'Oliveira e Sérgio Promerangblum. – São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983.

ROLNIK, Suely. *Geopolítica da cafetinagem*. (Artigo disponível em <<http://eipcp.net/transversal/1106/rolnik/pt>>) 2006.

ROLNIK, Suely. *Esquizoanálise e antropofagia*. In: **ALLIEZ**, Éric (Org.) – São Paulo, Ed. 34, 2000.

ROSSITER, Ned. *Organized Networks – Media Theory, Creative Labour, New Institutions*. Rotterdam – Bélgica. Editora: NAI Publishers, 2006.

_____, Ned. *YourSpace is mytime, or, what is the lurking dog going to do*. Conferência apresentada em New Cultural Networks: You Google My Second Space, Theater van't Woord, Openbare Bibliotheek Amsterdam, Institute of Design, Amsterdam. Novembro, 2007. (Disponível em <<http://www.republic.gr/en/?p=260>>) Acesso em: 15 out. 2010.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da Cibercultura – Perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre, Ed. Sulina. 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Ed. Usp, 2002.

STALLMAN, Richard. *Cloud computing is a trap, warns GNU founder Richard Stallman*. The Guardian. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/technology/2008/sep/29/cloud.computing.richard.stallman>>. Acesso em: 03 set. 2011.

VAIDHYANATHAN, Siva. *A Googlelização de tudo*. São Paulo, ed. Cultrix, 2011.

WEISSBERG, Jean- Louis. *Real e Virtual*. In: *Imagem Máquina – a era das tecnologias do virtual*. Org. André Parente. São Paulo: Ed. 34, 1993.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 2006.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo, Ed. Boitempo. 2011.

ZOURABICHVILI , François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.